

VOLUME
XXXII BOLETIM DO
N.º 1 ARQUIVO DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

2019

IMPRENSA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA

• U • C •



O Arquivo Almada e Lencastre Bastos: um arquivo de família(s)

The Almada e Lencastre Bastos archive: a famil(ies) archive

ALICE BORGES GAGO¹

Investigadora do IEM-FCSH/UNL

Bolseira de doutoramento FCT

alicegago@gmail.com

Artigo enviado em: 30 de junho de 2018

Artigo aprovado em: 7 de novembro 2018

RESUMO

O artigo apresenta o arquivo Almada e Lencastre Bastos, hoje à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, o qual foi objeto de uma primeira apresentação e inventariação em artigo publicado em 2012. Após um exaustivo trabalho de inventariação, reescreve-se a sua história custodial e apresentam-se alguns documentos que mostram a riqueza do acervo e a sua importância para o estudo da história medieval e moderna portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Almada e Lencastre Bastos; arquivos de família; arquivística histórica.

ABSTRACT

This paper presents the Almada and Lencastre Bastos archive, today held by de Portuguese National Library. This archive was first presented and partially

¹ Membro integrado do Instituto de Estudos Medievais do IEM e bolseira de doutoramento (SFRH/BD/101022/2014) em História, especialidade Arquivística Histórica, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

inventoried in a paper published in 2012. After an exhaustive inventory work, it's custodial history is hereby rewritten and at the end of this paper we present relevant documents showcasing the richness of the archive and its importance for the study of portuguese medieval and modern history.

KEYWORDS: Almada and Lencastre Bastos; family archives; historic archival.

Introdução

Em 2012, na publicação das atas do colóquio *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?*, organizado por Maria de Lurdes Rosa em 2010, Pedro Pinto² publicou uma proposta exploratória do arquivo Almada e Lencastre Bastos (AALB), do qual apresentou o inventário das primeiras seis caixas da cota ANTT do mesmo³. O estudo, que pretendia divulgar o arquivo e seu conteúdo, incluía uma pequena história custodial e das famílias detentoras: a dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei e a do Conde da Feira, da segunda titulação, e de algumas famílias e indivíduos nelas englobadas, como D. António de Lencastre⁴ ou Duarte Pacheco Pereira⁵. Segundo o autor, o AALB era constituído por mais de trezentas unidades de instalação⁶, não havia catálogo nem inventário (apenas as guias de remessa) “dos maços e pacotes, que foram descritos por tipologia de documentação, âmbito cronológico e toponímico, contendo diversas lacunas e imprecisões”⁷, e sobre o qual o autor intentava suprir, iniciando o trabalho de catalogação, ao nível do documento simples, e que pretendia disponibilizar no sítio internet do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Ainda nesse estudo chamava o autor a atenção para um outro núcleo do arquivo pertencente à Casa de Souto del Rei, adquirido em leilão⁸ pela Torre do Tombo em 2005 e depositado no Arquivo Distrital de Viseu (ADV) em 2007, e

² PINTO, 2012: 307-341.

³ O Arquivo Almada e Lencastre Basto encontra-se dividido em três séries, tantas quantos os locais de recolha da documentação, como veremos mais adiante.

⁴ PINTO, 2012: 311-312.

⁵ PINTO, 2012: 312-313. Sobre Duarte Pacheco Pereira, o autor publicou a documentação existente no AALB em CARVALHO & PINTO, 2012: 221-332.

⁶ O autor refere 370 unidades de instalação, na contagem final verificou-se serem 291 unidades de instalação.

⁷ PINTO, 2012: 307-308.

⁸ Por informação da Torre do Tombo, soubemos que a documentação foi comprada a um antiquário de Lisboa, o qual por sua vez a tinha comprado a um outro de Lamego.

que se encontra sumariamente descrito no *Digitarq*, é constituído por dezasseis livros, cujas datas extremas vão de 1571 a 1950⁹.

O AALB é, por conseguinte, constituído pelas caixas depositadas na Biblioteca Nacional de Portugal após compra realizada por esta instituição em janeiro de 1974 aos seus últimos possuidores. Não afastamos, no entanto, a hipótese de existirem documentos que tenham sido retiradas do acervo antes da venda àquela instituição, como recentemente pudemos verificar¹⁰.

Em 2016, no âmbito de realização de tese de doutoramento em História, especialidade de Arquivística Histórica na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, retomámos o trabalho de inventariação ao nível do documento simples que fora iniciado por Pedro Pinto, o qual terminámos em fevereiro de 2017. A ele agradecemos a ajuda no primeiro contacto com o arquivo e sua organização, o que nos permitiu aprofundar a história custodial por si iniciada, tendo reunido novos elementos que agora aqui apresentamos. Também aqui queremos deixar uma palavra de profundo agradecimento à Biblioteca Nacional, à sua direção e às suas técnicas, que me têm possibilitado a consulta do arquivo, sem restrições. Só dessa forma pudemos descobrir, recuperar e revelar as famílias e os seus cartórios.

O Arquivo Almada e Lencastre Bastos – história custodial e arquivística

Como foi referido acima, o denominado “Arquivo Almada e Lencastre Bastos” é constituído por dois grandes arquivos de família: o dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei e o da família Pereira Forjaz Coutinho, reunido no arquivo de Miguel Pereira Forjaz Coutinho, titulado conde da Feira em 1820.

Do primeiro fazem parte os documentos produzidos, recebidos e acumulados entre os séculos XV e XX pelas famílias Almada, de Lisboa; Melo; Lopes de

⁹ No entanto, o que pela descrição indicava serem documentos do arquivo da Casa de Souto del Rei, veio a verificar-se que não o eram, mas sim um conjunto de códices factícios pertencentes ao arquivo da família Fonseca Vieira e Silva, senhores de Arneirós. Relacionado com a família Almada e Melo apenas um volume que contém uma cópia do tombo da Quinta de Souto del Rei, de 1776, devido ao facto de João Pereira da Fonseca e sua mulher, Antónia Angélica da Silva Vieira, moradores em Lisboa, serem foreiros de uma parcela da quinta. Outros livros pertencem à Irmandade do Bom Jesus de Vila Nova de Souto do Rei ou são livros do inventário dos fundos e alfaias da igreja paroquial da Vila de Souto do Rei para o ano de 1879, só para citar alguns exemplos. ADV, *Casa de Souto del Rei*, liv. 1, 2 e 16.

¹⁰ AMARAL, 2016: 49-52.

Carvalho, de Lisboa¹¹; Lencastre, de Lisboa; Barbosa de Lima e Cunha Velho, de Monção; Lobo, de Montemor-o-Novo, Faria, alcaides de Palmela no século XVI; Albuquerque, donos da Quinta de Souto del Rei, que dará origem ao título.

Ao segundo pertencem os documentos referentes à família Pereira Forjaz Coutinho, de Lisboa, a qual incorporou os arquivos das famílias Magalhães de Meneses, senhores da Barca, e que se fixaram, já no século XIX em Ponte de Lima; Valadares Carneiro, do Porto; Machucho, do Porto; Ferraz, do Porto e sua ligação à família Nunes Barreto, originária de Aveiro, instituidores do Morgado de Freiriz; Resende, de Coimbra; Pacheco e Furtado de Mendonça; Dantas, da Galiza; Ribeiro, morgados do Canidelo; Ferreira de Távora, do Porto; Tavares do Amaral, só para citar as que têm maior ligação familiar à família Pereira Forjaz Coutinho assim como expressividade numérica a nível documental.

Todas estas famílias se encontram ligadas por laços de parentesco por via de casamentos¹² e linhas sucessórias ou, não havendo esses laços, por terem sido nomeadas testamentárias ou administradoras de algum vínculo instituído por um elemento exterior ao núcleo familiar¹³.

Das famílias acima referidas, alguma documentação, sobretudo testamentária, faz referência à existência de cartórios ou escritórios quinhentistas, mais ou menos organizados, a arcas e bolsas com documentos. Assim o relata o testamento Beringueira Eanes de Carvalho, que tinha um talego com documentos¹⁴, de Diogo Lopes de Carvalho, seu sobrinho e desembargador do paço no reinado de D. João III, datado de 1532, em Lisboa: “um [tombo das propriedades do morgadio que institui] para ficar na arca das escrituras das heranças do morgado, que estava na casa onde vivem os morgados”, em Guimarães¹⁵, ou mais tardiamente André Velho de Azevedo, que tinha um escritório em 1638¹⁶ onde guardava o testamento de Paio Rodrigues de Araújo, primeiro administrador da capela instituída por Pedro Vaz da Praça, em Monção, em 1500 ou, por fim,

¹¹ Com origem em Guimarães, onde administravam dois morgadios – o de Vasco Lourenço e o instituído por Diogo Lopes de Carvalho, já no início do século XVI.

¹² No caso das famílias Almada, Melo, Lopes de Carvalho, Lencastre, Barbosa de Lima, Cunha Velho, Lobo, Faria, Albuquerque, Pereira Forjaz Coutinho, Magalhães de Meneses, Valadares Carneiro, Machucho, Ferraz, Nunes Barreto, Resende, Furtado de Mendonça; Dantas, Ribeiro, Tavares do Amaral.

¹³ É o caso dos Ferreira de Távora, e mais precisamente de Pantaleão Ferreira de Távora, instituidor de capela na Igreja de S. Pedro do Sul, que nomeia por seu testamentário Álvaro Pereira em 1642. BNP, AALB, Roma, pac. 99, cx. 99, cap. 1.

¹⁴ BNP, AALB, Roma, cx. 92, cap. 1, cota antiga: 696, fl. 4.

¹⁵ BNP, AALB, Enc., cx. 10, cap. 1, cota antiga: 580.

¹⁶ BNP, AALB, Enc., cx. 32, pasta 2.

Francisco de Figueiroa, mercador do Porto, cujo testamento de 1547 refere uma “arca de cartório”¹⁷.

Para o século XVIII sabemos que o cartório da família Almada e Melo foi organizado cerca de 1774, na sequência da legislação pombalina acerca dos morgadios¹⁸ e em data coincidente com a atribuição de título de Visconde de Vila Nova de Souto del Rei a Francisco de Almada e Mendonça¹⁹, por ordem de João de Almada e Melo, tendo os documentos sido colocados “em maços numerados, com distinção dos Morgados e separação do que pertence à Alcaidaria mor e mercês feitas à casa”²⁰. Para cada um destes maços foi feita uma “caixa de bezerro, fechada a modo de livro para melhor resguardo e conservação dos títulos”²¹, e para cada um dos morgados um “índex em que se relata resumidamente o que contem cada hum dos títulos, seguindo a ordem cronologicamente desde a primeira instituição do morgado até o último estado, com as suas aneções e sobre-rogações, que tem havido nos ditos morgados”²². O mesmo se fez para os títulos da alcaidaria mor de Palmela, de que João de Almada e Melo fora nomeado em 1769²³ e para as mercês que foram concedidas à mesma casa. Efetivamente, existem ainda no arquivo alguns exemplares desses inventários individuais dos morgadios, como o apelidado “Morgado de Monção” ou de Pero Vaz da Praça, e que entrou na família Almada em por via do casamento, realizado no final do século XVII, de António José de Almada e Melo com Maria Josefa de Lima da Cunha Velho, pais do referido João de Almada e Melo²⁴.

Tal como os documentos do cartório de João de Almada e Melo estavam colocados em caixas de “bezerro fechada a modo de livro”, arrumados, presumivelmente, em estante, e outros em gavetas²⁵. A mesma arrumação em gаве-

¹⁷ BNP, *AALB, Enc.*, cx. 39, liv. 13.

¹⁸ PORTUGAL, 1801: [177-182v]. Sobre o assunto veja-se ROSA, 1995: 25 e ss.

¹⁹ BNP, *AALB, Roma*, pac. 74, cx. 74, cap. 3. SILVA, 1917: 146-152.

²⁰ Refere-se à alcaidaria mor de Palmela. BNP, *AALB, Roma*, pac. 77, caixa 77A.

²¹ BNP, *AALB, Roma*, pac. 74, cx. 74, cap. 3, Lembranças para o sr. Caetano Diogo [Parreiras e Silva] expor a S. Ex.^a (João Almada e Melo) na forma que viu e presenciou. [1774], fl. 1.

²² *Ib.*.

²³ BNP, *AALB, Roma*, pac. 109, cx. 109, cap. 2.

²⁴ BNP, *AALB, Enc.*, cx. 26, cap. 1. *Índex de todos os títulos pertencentes ao Morgado de Monção de que é administrador João de Almada e Melo, como também das mais propriedades que por virtude das sub-rogações que o dito senhor fez ficaram livres do referido vínculo*. Cota antiga: 967 folha solta: Pasta 6.^a contém desde os n. 400 até 499. Descreve os documentos dos 10 maços. [17--] 61 fls.

²⁵ BNP, *AALB, Enc.*, cx. 10 A, *Razões porque mostra Antão de Faria da Silva como sua alteza deve ser servido mandado encartar na alcaidaria mor de Palmela pela mercê feita pelo rei D. João*

tas foi utilizada na casa de Tadeu Luís António Lopes de Carvalho e Camões²⁶, avô materno da segunda viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei, a exemplo de outras casas nobres, como a dos morgados de Mateus, Povolide e Casa de Belmonte²⁷.

Já em pleno século XIX os documentos do cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei passaram a estar arrumados em maços, segundo descrição dos seus inventários, de 1835 e 1836, os quais serão analisados em pormenor mais à frente neste artigo.

Quanto ao cartório da família Pereira Forjaz Coutinho, no princípio do século XIX estava situado no Palácio da Cruz da Pedra, em Lisboa, residência de Miguel Pereira Forjaz²⁸, onde se reuniam os documentos pertencentes à família²⁹, ao qual se foi acrescentando os documentos detidos por Tristão de Meneses³⁰, tio de Miguel Pereira Forjaz Coutinho, relativos aos bens e dote de João Luís de Meneses à prima Luísa Teresa de Meneses, mãe de Diogo Pereira Forjaz; os documentos recebidos pelas partilhas dos bens de D. João Manuel de Meneses, primo de João Luís e avô de Miguel Pereira Forjaz, entrados em 1815³¹ e por

IV. Nota: todos os mais papéis tocantes a esta matéria estão na gaveta debaixo do cofre dourado. [16--] 14 fls. Cota antiga: 442.

²⁶ BNP, AALB, *Enc.*, cx. 10, mç. 121, cap. 2: *Rol dos papéis pertencentes a casa de meu neto Tadeu Luís António Lopes de Carvalho e Camões que estão vistos e arrimados cada uns nas suas gavetas para melhor se buscarem quando forem necessários.* [17--] O documento, com 7 fólios, enumera 13 gavetas onde se encontravam os maços relativos às várias propriedades dos morgados de Diogo Lopes de Carvalho e de Vasco Lourenço, assim como outros entrados posteriormente. As gavetas números 5 e 8 não têm indicação de conteúdo, as gavetas 11 e 12 estariam elencadas noutro papel, que não pudemos encontrar.

²⁷ RODRIGUES & SILVA, 2012; SOUSA, 2017: 243-244.

²⁸ BNP, AALB, *Roma*, pac. 94, cx. 94A, cap. 2, doc. 28.

²⁹ Vários maços de documentos pertencentes a D. Álvaro Pereira Coutinho, cujo inventário parcelar se encontra no livro BNP, AALB, *Enc.*, pac. 27, cx. 271, liv. h) vol. 1, respeitantes à sua pretensão à representação do título de conde da Feira, cuja primeira titularidade havia terminado com o falecimento, em 1700, sem descendência, de Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Meneses e Silva. A tentativa de recuperação do título pelos seus parentes vai dar início a um longo processo, que incluirá, entre outras diligências, a forja de vários documentos, numa tentativa de justificar a pretensão ao título, e que se encontram publicados por Pedro da Conceição em 1714 e 1720, e aos quais Anselmo Braancamp Freire faz menção. A este conjunto de documentos parece pertencer o inventário do cartório da Casa de Bragança, que segundo Marta Páscoa, ficou incompleto, não abarcando toda a extensão do mesmo. PÁSCOA, 2015: 53; PINTO, 2012: 310-311; CONCEIÇÃO, 1720, FREIRE, 1996: vol. I, 322-327; *ib.*, 1917-1918: vol. XII, 754-760.

³⁰ BNP, AALB, ANTT, cx. 17, doc. 987 – Inventário de alguns papéis que se acharam no cartório de Ex.mo sr. D. Tristão de Meneses, e parece pertencerem ao Ex.mo D. Diogo Pereira Forjaz depois da primeira entrega que se fez ao mesmo senhor e outros muitos. (refere 31 documentos e é assinado por Diogo Pereira Forjaz Coutinho em como recebeu o rol). 30 de abril de 1768.

³¹ BNP, AALB, *Enc.*, pac. 3, cx. 3, cap. 1, cota antiga: M L N 1.

fim os bens vinculados³² e respetivos documentos herdados por morte de seu primo João Manuel de Meneses, filho de Tristão, ocorrida em 15 de agosto de 1819³³. No entanto nem todos os documentos foram entregues pela viúva, Ana Eldelinda Xavier de Meneses, pois em 1852 foram detetadas algumas faltas, data em que se fez um mapa dos títulos que pertenciam a Maria Joana do Monte Forjaz, Viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei e que não se encontravam no seu cartório. O mapa refere que alguns documentos ainda se encontravam dentro de um baú na posse de outros herdeiros do primo³⁴. A viúva, entretanto falecida a 1 de abril de 1824, mantivera no cartório do marido alguns documentos, como pôde constatar o Padre Jerónimo José Álvares em 1819³⁵.

Destá enorme massa documental entraram no cartório de Miguel Forjaz seis códices factícios produzidos por ordem de Tristão de Meneses, seu tio, vedor da Casa da Rainha, que contêm os documentos pertencentes à sua família e à de sua mulher, Mariana Luísa de Meneses. Nestes códices foram reunidos os documentos pertencentes às famílias Magalhães, senhores da Barca, à qual se vão ligar os Meneses, os Ferreira, morgados de Argemil, unidos por via familiar aos Delgado do Porto, Amaral e os Furtado de Mendonça, os Valadares, do Porto, relacionados por via de casamento aos Carneiro e aos Machucho³⁶. Estes seis códices, produzidos em 1772, estão organizados tematicamente por: mercês³⁷, testamentos³⁸, partilhas³⁹, dotes⁴⁰, inventários⁴¹ e um deles dedicado às quintas de Tonce e Lordelo, como é explicado no seu prólogo⁴². As encadernações

³² A viúva Ana Eldelinda Xavier de Meneses herdou os bens livres e de prazo. BNP, *AALB, Enc.*, cx. 9 B, mç. 118, cap. 4, doc. n. n.

³³ BNP, *AALB, Roma*, cx. 54 B, cap. 2, doc. n. n.

³⁴ BNP, *AALB, Enc.*, pac. 88, cx. 88A.

³⁵ BNP, *AALB, Enc.*, pac. 23, cx. 23A, cap. 4. “Fomos a Campo de Ourique a casa do sr. João Manuel de Meneses e ahi achamos sua senhora na maior consternação de pena e miséria, a meu ver, Falou-se de varias coisas que nos pareceu responder com sinceridade e pelo que pertence a testamento até à data da nossa retirada ignora-se se o havia mas que ia ver uma gaveta onde seu marido tinha alguns papeis e ahi veria se existia e sendo assim o remetia pelo seu confessor de seu marido a V. Ex.^a e que pelo que pertencia ao cartório ela o tinha debaixo da maior cautela e arrecadação (...). Lisboa, 16, às 3 da noite de Agosto de 1819”.

³⁶ Sobre as famílias veja-se o estudo de BRITO, 1997.

³⁷ BNP, *AALB, Roma*, cx. 58.

³⁸ BNP, *AALB, Roma*, cx. 58A.

³⁹ BNP, *AALB, Roma*, cx. 59.

⁴⁰ BNP, *AALB, Roma*, cx. 60.

⁴¹ BNP, *AALB, Roma*, cx. 60A.

⁴² BNP, *AALB, Roma*, cx. 58B. “A quinta de Tonce é situada na freguesia de Loureiro, concelho de Figueiredo. Foi de Lourenço Reimodes, seus filhos e netos, e de Estêvão Pires de Tonce, que como os seus antecessores a possuiu sempre por honra como consta das inquirições de D.

são semelhantes e no início de cada volume são sumariados os documentos que se encontram encadernados a seguir. Sendo a grande maioria originais, surgem por vezes algumas cópias setecentistas, em papel, que remetem para o documento original, por vezes pergaminho, os quais se encontravam arrumados em pastas. A cota destes é indicada no índice, geralmente P (número) N (número). A estes códices juntam-se milhares de outros documentos, não encadernados, que constituiriam o acervo dessas mesmas famílias, contendo inúmeros contratos de compra e venda de propriedade, escambo, emprazamento, de propriedades rurais e urbanas, distribuídas um pouco por todo o país, segundo os locais de origem das famílias ou os locais de implantação quer de atividade económica, quer de desempenho de cargo político ou militar, quer ainda de instituição de morgadio.

Para além da grande massa documental com origem neste ramo familiar, uma outra ingressou no primeiro quartel do século XIX, proveniente do segundo matrimónio de Miguel Pereira Forjaz com a condessa do Vimieiro, viúva de D. João de Faro e Sousa. Com efeito, pelo matrimónio ocorrido em 1803, a referida senhora trouxe consigo vasta documentação pessoal e de família, de que faziam parte ainda os documentos relativos às capelas da coroa em Borba e Moura que herdou de seu falecido marido e que transmitiu a Miguel Forjaz, e em cujo arquivo permaneceu após a morte desta em 1823⁴³. Estava constituída em arquivo próprio, do qual existe inventário, de que falaremos adiante. Por fim,

Dinis, de que se passou certidão no tempo de D. Manuel a Lopo Rodrigues, que a tinha comprado a Fernão de Sousa no ano de 1508. No reinado de D. Manuel foi demarcada e no ano de 1583 a vendeu a Beatriz Lopes, viúva de Gomes de Paiva a Fernão Nunes Barreto, cuja filha era D. Isabel Henriques, que a houve em dote quando casou com D. Fradique de Meneses, filho 2.º da Casa de Cantanhede, a quem sucedeu seu filho D. Afonso de Meneses, Mestre Sala e adjudicando-se na legítima do Dr. D. António Luís de Meneses, filho deste, dispôs dela o mesmo D. António no testamento que fez antes de entrar na Congregação de Santa Cruz de Coimbra a favor de seu irmão D. Fradique António de Magalhães e Meneses, com obrigação de satisfazer a torna, que nela tinha seu irmão D. João Manuel de Meneses, com quem se compôs o mesmo D. Fradique no ano de 1673 e no de 1688 a sub-rogou com outras propriedades pelo juro de 200.000 rs que pertencia ao morgado de seus avós no Almojarifado de Barcelos.

A quinta de Lordelo no concelho de Cambra foi dos senhores de Freiriz, e passando por morte de Fernão Nunes Barreto último do nome a sua filha D. Joana Barreto de Sá Resende a vendeu a mesma senhora com seu marido D. Álvaro Pereira a seu cunhado D. Fradique António de Magalhães e Meneses pelo preço de 600.000 rs o qual a uniu ao morgado de seus avós com os mais bens da sua 3.ª na forma constante de seu testamento e do de seu filho D. João Luís de Meneses.

Foram tombadas ambas estas quintas no ano de 1714 a requerimento de D. Afonso de Magalhães e Meneses então administrador do morgado a que elas pertencem e hoje as trás de arrendamento o capitão António Tavares de Resende da freguesia de Avanca pelo preço de 210.000 rs livres e décimas e outros encargos.”.

⁴³ BNP, AALB, ANTT, cx. 17, doc. 926.

a documentação de carácter funcional: a decorrente do cargo de secretário de estado dos negócios estrangeiros e da guerra – diários de ordens expedidas⁴⁴, cartas de e para William Beresford e Wellington⁴⁵, documentação apreendida a Junot e a outros oficiais franceses⁴⁶, ofícios com embaixadores⁴⁷, denúncias e correspondência apreendida a suspeitos de ligações ao inimigo francês⁴⁸, processos com a Intendência da Polícia⁴⁹ e com o Colégio Militar⁵⁰, panfletos e “cartazes” apreendidos contra o rei e a Constituição⁵¹, listas de entrada e saída de correspondência de vários organismos estatais⁵², incluindo ainda oito aguarelas de oito fortins das linhas de Torres⁵³, só para citar alguns exemplos. Tal volume

⁴⁴ “Diário das ordens expedidas pela secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra desde o dia 19 de Setembro até ao fim de Dezembro de 1808”, BNP, *AALB, Roma*, pac. 111, n.º 179, cx. 111 A; Diário dos avisos e mais ordens que se expediram pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra no ano de 1812. BNP, *AALB, Enc.*, cx. 37A, liv. 43; “Diário de ordens expedidas pela Secretaria de Estado de Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos” de 2 de janeiro a 31 de dezembro de 1809. BNP, *AALB, Roma*, cx. 115, liv. 1.

⁴⁵ A correspondência encontra-se espalhada por diversas caixas do ALB, a título de exemplo para Wellington ver BNP, *AALB, Roma*, cx. 107 A, cap. 2; *Roma*, cx. 116, cap. 4; para Beresford, em maior quantidade, veja-se BNP, *AALB, Roma*, cx. 66 II, III, IV, V; *Roma*, cx. 74, cap. 11.

⁴⁶ Como o livro de correspondência do Corregedor Mor da Estremadura com as autoridades francesas 1808-1809 e correspondência com o Secretário de Estado da Guerra e Marinha começado a 3 de maio de 1808; Secretário de Estado do Interior e das Finanças; com o Duque de Abrantes (BNP, *AALB, Roma*, cx. 115 A, liv. 2); Copiador do corregedor mor Belisle com as autoridades portuguesas, de 26 de abril a 16 de agosto de 1808. (*ib.*, liv. 3) e os copiadores de correspondência oficial de Junot (BNP, *AALB, Roma*, cx. 112 e *Roma*, cx. 115 A, liv. 1) a que já António Ferrão tinha feito menção: “Que êles fôsem parar às mãos de D. Miguel Forjaz, também nada de mais natural e lógico, visto o alto cargo que êste desempenhava nos negócios militares, quer êsses papéis fossem apreendidos quando as avançadas da cavalaria de Bernardim Freire tomaram, perto do Cercal, os carros da secretaria de Junot, quer fôsem apanhados em Lisboa, no quartel general ou na casa ocupada por aquele general. O certo é que a descoberta de tais papéis e, agora, a sua publicação veem preencher uma importante lacuna, dada a falta de manuscritos de importância histórica, dêsse período, nos nossos arquivos públicos”. (FERRÃO, 1923: XI-XII).

⁴⁷ Entre outras vejam-se as caixas BNP, *AALB, Roma*, cx. 107 A (Charles Stuart, J. C. Villiers, George Canning); BNP, *AALB, Roma*, cx. 78.

⁴⁸ BNP, *AALB, Roma*, cx. 107 B, cap. 1: 29 Cartas de militares portugueses e de outras entidades no estrangeiro e apreendidas pela Intendência da Polícia ou Ministério da Guerra. 1814-1820. A última carta ainda se encontra por abrir e é dirigida a Monsieur Araujo Secretaire General du Commerce de Lisbonne.

⁴⁹ BNP, *AALB, Roma*, cx. 105.

⁵⁰ BNP, *AALB, Roma*, cx. 96 A.

⁵¹ BNP, *AALB, Roma*, cx. 110 A, cap. 4 e cap. 9.

⁵² Junta da Fazenda do Arsenal do Exército: BNP, *AALB, Enc.*, cx. 24, liv. 3; Alfândegas, Casa da Índia e Terreiro Público, (*ib.*, liv. 6), só para citar alguns exemplos.

⁵³ BNP, *AALB, Roma*, cx. 98: Desenhos a aguarela do Fortim n.º 9 – S. Sebastião; n.º 13 – Caneira; n.º 10 – Carvalha; n.º 11 – Moinho do Segó; n.º 16 – sem nome; n.º 17 – sem nome; sem n.º - Forte Novo; sem n.º – Patameira, da autoria do José Maria Neves Costa, pasta essa que inclui correspondência do mesmo engenheiro com Miguel Pereira Forjaz.

documental estaria distribuído por vários locais, o já citado palácio da Cruz da Pedra, e possivelmente no seu gabinete na Secretaria. Para além destes, e por cartas de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, juiz do tomo do morgado de Freiriz e Penegate, sabemos que os documentos deste morgado e que se encontravam na sua posse, foram entregues nas “freirinhas da Conceição da Vila do Prado”⁵⁴, por fuga do mesmo em 1828, devido a perseguição, durante as lutas liberais, tendo sido recuperada a sua posse alguns meses depois⁵⁵.

Em 1821, João Jerónimo do Couto Castro e Sousa referia ainda outros dados importantes relacionados com o arquivo do morgado de Freiriz, como estava dividido em maços, para além de que detetara faltas que atribuiu a extravios e à consulta de abades, rendeiros ou outros⁵⁶.

Os documentos saíam com relativa frequência dos cartórios para resolver qualquer pendência relacionada com determinada propriedade, podendo demo-

⁵⁴ BNP, AALB, Enc., cx. 27-I, pasta 3 a), *Extracto das cartas de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa*, fl. 17v. GAGO, 2015: 83-88.

⁵⁵ *Idem*. Carta de João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa à Viscondessa de Vila Nova de Souto de Rei: 1828, junho, 7

“Ex.ma Sr.^a

Que depois de tantas angustias e aflições, e tantos incómodos e trabalhos quantos tem penalizado e sofreu e sempre vagabundo por entre montanhas desde o dia 23 de Junho com 22 pessoas de família e por milagre escapando as garras dos traidores inimigos agora se acha salvo e vivo etc etc.

Com um grande capitulo de carta conta todos os maus sucessos que houve naquela provincia até que o inimigo foi para a raia de Galiza etc são enormes etc.

Tenciona até ao dia 9 recolher-se, não só para observar a maior delapidação da sua casa, mas para enviar a S. Ex.^a as escrituras dos arrendamentos – assim como de promover a remessa dos quartéis vencidos no S. João etc.

Anuncia que o Arquivo de Freiriz se ressalvou, nas Freirinhas da Conceição na Vila do Prado, e salvando todos os documentos e papeis do Sacro Colégio Patriarcal – e sobre de ser preso e sequestrado etc etc.

Que as quintas de S. Ex.^a não sofreram prejuízo por ficarem para além do Cávado etc.”

⁵⁶ “... que nos antigos tempos se considerasse tão numerozo (...) por mais de 46 Maços então dividido, não só abrangia imensas escripturas e multiplicados títulos, porem muitas, e muitas sentenças e autos, ou quantos ditos títulos mais constam pelos antiquíssimos Tombos” se encontrar falho de documentos, alguns extraviados devido em parte pela administração “dos Senhores da Barca, tempo, em que não havendo filhos, se considerarão com direito a todos os bens livres, ocultando por isso todas as escripturas e Titulos Censoarios, porque não aparecem, nem existem no Archivo; ou porque também no tempo do Ex.mo Senhor Dom Diogo (segundo me consta, se não foi no tempo de S. Ex.^a), então se mandaram reconduzir ao Seu Cartório de Lisboa; Ou porque finalmente ainda mais se extraviaram achando-se sempre franco semelhante Archivo, o de Freiriz, na mão dos Abades, dos Rendeiros, ou de quem vezitar o quera”. BNP, AALB, Roma, pac. 111, cx. 111, n.º 176.

rar anos até ao seu regresso, tal como foi registado por Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, decorria o referido ano de 1821⁵⁷.

Por outro lado, a “consulta pública” do arquivo seria, a exemplo de outras menções encontradas no AALB, uma prática corrente⁵⁸. Uma anotação num livro de registo dos bens e direitos do morgado instituído por D. Fradique de Meneses, refere que o tombo de Freiriz, assim como o livro do celeiro haviam sido levados por empréstimo pelo Visconde da Horta⁵⁹. Não encontramos o mencionado livro do celeiro no âmbito do trabalho de inventário a que procedemos do AALB, pelo que não pudemos confirmar de facto a sua devolução.

As informações acima foram recolhidas numa das várias cartas do referido juiz enviadas à Viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei, D. Maria Joana do Monte Forjaz Pereira Coutinho, irmã e herdeira de D. Miguel Pereira Forjaz, falecido em 1827, a qual, após o falecimento deste sem filhos, assume não só a gestão das propriedades herdadas como também o arquivo da casa, que será transmitido aos seus filhos, sendo o primogénito António de Almada e Lencastre, titulado 4.º Visconde de Vila Nova de Souto del Rei após a morte de seu pai. Pela morte daquele, em 1863, os dois arquivos – Souto del Rei e Pereira Forjaz Coutinho – foram herdados pelos filhos, sendo o primogénito Nuno José de Almada e Lencastre Melo Velho Castro e Camões, casado com Maria Ana Ximenes de Azevedo e Silva, filha do Visconde do Pinheiro, Miguel Ximenes de Sandoval⁶⁰ e de Maria José de Azevedo Silva. Serão datadas desta altura ou, eventualmente, já do século XX, as caixas de cartão verde, com fecho metálico de gancho e com etiqueta de lombada em pele “Archivo das Casas de Souto d’el Rei e Feira”, que remanescem no AALB, algumas funcionando ainda como unidade de instalação e outras dentro das novas caixas de cartão *acid free*⁶¹.

⁵⁷ “... he indubitavel, que desde o anno de 1812 se não extraviou um só Titulo, ou Escriptura, e so muito escassamente a de Figueira Alvar, que no Março de 1814 então remetida a Pedro Fernandes, para ser presente a S. Ex.^a, ainda não voltou; portanto faço este protesto para evitar qual-quer calumnia, ou ainda para desempenho da maior fidelidade, que devo a S. Ex.^a”. BNP, AALB, Roma, pac. 111, cx. 111, n.º 176.

⁵⁸ BNP, AALB, Enc., pac. 3, cx. 3, cap. 1, doc. n. n. – Relação dos títulos pertencentes ao cartório da Viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei que se acham fora dos maços e paragens aonde foram remetidos por autorização da mesma senhora, assim como nota dos que faltam nos maços, sem paragem conhecida. Junho de 1850. 8 fls.

⁵⁹ BNP, AALB, Enc., pac. 39, cx. 39A, liv. 14, fl. 113.

⁶⁰ Parte do arquivo deste último será então incorporado no arquivo, por via do casamento de sua filha com um elemento da família descendente dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei.

⁶¹ Remanescem as caixas BNP, AALB, Enc., cx. 25A: Caixa original: Archivo das Casas de Souto d’el Rei e Feira cx. 5; Enc., cx. 47 – Caixa original: 9; Roma, cx. 73 – Caixa original: 30; Roma, cx. 100 – Caixa original: Archivo das Casas de Souto del Rei e Feira, cx. 1; Roma, cx. 100 A – Caixa original: Archivo das Casas de Souto del Rei e Feira, cx. 8; Roma, cx. 103 A – Caixa antiga: Archivo

Já em pleno século XX e após o falecimento de Nuno José de Almada e Lencastre, o arquivo encontrava-se na posse dos seus filhos mais velhos, António Almada e Lencastre e Manuel de Almada e Lencastre, tendo sido consultado por António Ferrão. Este autor regozijava-se por ter consultado o arquivo outrora pertencente a Miguel Pereira Forjaz, e onde encontrou documentação do Intendente Geral da Polícia, Pedro Lagarde, que se julgava queimada⁶². O autor refere ainda que os relatórios e boletins de Lagarde para Junot e a correspondência da Intendência se encontravam “convenientemente coleccionados, e estão atualmente na posse dos senhores D. José e D. António de Almada e Lencastre que gentilmente puseram tais manuscritos ao nosso dispôr para o conveniente estudo e publicação. Daqui agradecemos a êsses senhores tão grande amabilidade, que, incontestavelmente, representa um excelente serviço prestado à nossa historiografia”⁶³. Na posse de José e António e na de Manuel de Almada e Lencastre, o qual, entre os anos de 1909 e 1920, anotou profusamente alguns documentos do acervo, com comentários ou informes acerca da relação de determinado documento com outro ou dos graus de parentesco de alguma pessoa mencionada no documento⁶⁴. É também deste proprietário que nos chegam os documentos mais recentes temporalmente do AALB: uma carta sua enviada a António de Oliveira Salazar acerca de uma questão com o abastecimento de leite à cidade de Lisboa, em 1934 e uma carta remetida por Joaquim Fernandes de Gouveia em 1936⁶⁵.

Pensamos ser ainda deste proprietário a organização temática e toponímica que os maços hoje em dia apresentam no topo um cartão, reaproveitado do arquivo da família Pereira Coutinho, onde figuram as divisões, maços e números dos documentos que o constituem e onde foi colado um letreiro com o conteúdo e âmbito cronológico.

das casas Souto del Rei e Feira 27; *Roma*, cx. 104 B – Caixa original: 11; *Roma*, cx. 107 B – Caixa original: 2; *Roma*, cx. 109 – Caixa original: 12.

⁶² “Há tempos, fazendo nós investigações no pequeno mas valioso arquivo particular dos srs. D. António e D. Manuel de Almada e Lencastre fomos ali encontrar um interessante núcleo de correspondência oficial do Intendente Pedro Lagarde a Junot (...). Escusado será dizer quão agradável nos foi a surpresa de encontrar tais manuscritos em casa daqueles senhores que são descendentes do famoso Conde da Feira, D. Miguel Pereira Forjaz, governador do Reino, nos negócios da Guerra, depois da saída de Junot.”. FERRÃO, 1923: XI. Os documentos estão publicados a p. 301-474.

⁶³ FERRÃO, 1923: XIV, nota1.

⁶⁴ Como no “Contrato de casamento de António José de Almada e Lencastre com Maria José Infante de Lacerda Castelo Branco. 20 de Julho de 1853” em que anota: “escritura antenupcial dos Viscondes V. N. Souto d’ el-Rei meus avós D. António José d’Almada etc etc e D. Maria José Infante D. Manuel Almada. 1918.”. BNP, *AALB, Roma*, pac. 47, cx. 47 A, cap. 1.

⁶⁵ BNP, *AALB, Roma*, pac. 116, n.º 191, cx. 116, cap. 1 e 2, respetivamente.

Após a morte de António Almada e Lencastre, em 1924, e posteriormente do irmão Manuel Almada e Lencastre, em 1936, ambos sem filhos, a documentação foi herdada pelo sobrinho de ambos, João Almada e Lencastre Bastos⁶⁶.

A entrada dos documentos no “serviço de arquivo público”

Em 1957, Luís Silveira, Inspetor Superior das Bibliotecas e Arquivos, ao tomar conhecimento que João Almada de Lencastre Bastos pretendia vender o arquivo de que era proprietário⁶⁷, contactou o Diretor Geral do Ensino e das Belas Artes, o qual ordenou que fosse criada uma comissão para efetuar a sua avaliação, iniciada em janeiro de 1958, e propor um valor de compra. Por doença e posterior morte do proprietário a avaliação foi interrompida em setembro de 1958⁶⁸, tendo sido retomada meses mais tarde a pedido da viúva, Maria de Lurdes dos Santos Bastos. Nessa altura referiu que a prima do marido, Maria José de Almada e Lencastre Sousa Teles, havia herdado uma quarta parte.

Em julho de 1959 a comissão recomendou a aquisição do AALB à Direção das Bibliotecas e Arquivos, e informou que o mesmo se encontrava desorganizado e espalhado por três locais: Avenida de Roma⁶⁹, Encarnação⁷⁰ e Palacete de Santo Amaro⁷¹. Dois anos mais tarde, Maria José de Almada e Lencastre de Sousa Teles solicitou à Torre do Tombo o depósito da sua parte da documentação, alegando que se ausentava frequentemente de Lisboa e que tinha receio pela sua integridade.

Só voltamos a ter conhecimento de novos desenvolvimentos no ano de 1974. Em janeiro, Biblioteca Nacional foi autorizada a comprar o AALB e a proceder aos trabalhos preparatórios da entrada do arquivo naquela instituição⁷², tendo recolhido a documentação pertencente a Maria José de Almada Teles que se encontrava na Torre do Tombo, assim como as que se encontravam em casa

⁶⁶ CANEDO, 2006, vol. I: 568.

⁶⁷ ANTT, *Instituto Superior das Bibliotecas e Arquivos*, cx. 329, proc. 274.

⁶⁸ ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91 – Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

⁶⁹ Casa de João de Almada e Lencastre Bastos, deu origem à série “Avenida de Roma”, daqui em diante *Roma*.

⁷⁰ Recolhimento da Encarnação, onde residia Maria José de Almada e Lencastre de Sousa Teles, prima de João de Almada e Lencastre Bastos, deu origem à série *ANTT*.

⁷¹ Residência de Isabel Teresa de Jesus e Melo, tia de João de Almada e Lencastre Bastos, deu origem à série “Encarnação”, daqui em diante *Enc*.

⁷² Conferência dos maços, selagem e transporte.

dos outros proprietários⁷³. Entre janeiro e julho de 1974, o arquivo esteve no “serviço de compras” da Biblioteca Nacional, tendo sido recebido nos Reservados, onde hoje se encontra, pela então Chefe da Divisão de Reservados, Maria Valentina Mendes, a 16 de julho desse mesmo ano⁷⁴.

Um arquivo, três cotas

Entre o ano de 1974 e o de 2015, ano em que iniciámos a nossa investigação, o arquivo foi objeto de poucas intervenções no que se refere à sua arrumação: os pacotes e maços de 1974 foram instalados em caixas de cartão *acid free* nos anos de 2010-2016. Os seus “índices de descrição documental” são constituídos pelas listagens muito genéricas dos maços pertencentes a Maria José de Almada Teles, a Isabel de Melo⁷⁵, a João de Almada e Lencastre Bastos⁷⁶ e um catálogo prévio, elaborado e publicado por Pedro Pinto⁷⁷, como já foi referido.

Devido a contingência de recursos⁷⁸, o trabalho que foi realizado na segunda década do novo milénio consistiu apenas no desempacotamento dos maços originais e colocação em capilhas e caixas novas, atribuição de nova cota aos maços que estão descritos nas listas elaboradas pela Comissão de Avaliação atrás referida, pelo que se mantiveram as cotas de “proveniência”: Avenida de Roma, ANTT e Encarnação. Pelo que pudemos verificar, a documentação permanecia misturada, pelo que não podemos afirmar que há possibilidade de encontrar mais documentos de uma ou outra família, de uma ou outra pessoa, nesta ou naquela cota.

⁷³ O quinhão pertencente a Isabel Teresa de Jesus, falecida em 1970, foi recolhido pelas técnicas da BNP do Retiro da Encarnação e não de Santo Amaro. Pensamos que por morte de Isabel Teresa de Jesus, sem descendentes diretos (filhos), a documentação tenha sido herdada pela sua sobrinha Maria José de Almada e Lencastre Teles, falecida em 1992, que a vendeu com a outra parte que já possuía, uma vez que João de Almada e Lencastre Bastos também não teve filhos. Esta hipótese carece de ainda de confirmação, uma vez que a pasta do processo de aquisição do ALB não informa como terão começado os trâmites de compra do mesmo, e não nos foi possível consultar, até ao momento, no arquivo da BNP, eventuais trocas de correspondência anteriores ao processo de compra. BNP, *Processo compra Almada Lencastre Basto*, doc. n. n..

⁷⁴ BNP, *Processo compra Almada Lencastre Bastos*, Relatório da conferência do Cartório Almada e Lencastre Bastos.

⁷⁵ ANTT, *Arquivo do Arquivo*, n.º 331, cx. 146, proc. 91 – Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.

⁷⁶ Apenas existente na Biblioteca Nacional. BNP, *Processo compra Almada Lencastre Bastos*, doc. n. n..

⁷⁷ PINTO, 2012: 307-341.

⁷⁸ MARTINS et. al., 2012: 526. As autoras referem o desinvestimento na descrição documental de que foram alvo os arquivos de família.

A cota **ANTT** tem no total 20 unidades de instalação (caixas), numeradas de 1 a 19, a caixa 7 (antiga pasta 41) foi desdobrada em 7A. Os documentos estão dentro de capilhas individualmente ou, em alguns casos adiante referidos, com outros, e estão numerados/marcados sequencialmente por uma mecha. Tem no total 1252 documentos. Os documentos 4 e 5 e os 12 a 14 estão juntos na mesma capilha, como indicam as mechas. Os documentos começaram a ser marcados no papel, a lápis, mas essa marcação abrangeu apenas as primeiras espécies (ver doc. 1 e seguintes, na caixa 19). Algumas capilhas possuem mais do que um documento, mas a mecha é única.

A inventariação das primeiras seis caixas foi feita e publicada por Pedro Pinto⁷⁹, a qual foi revista e continuada por nós a partir da caixa 7 até ao final. Segue-se uma tabela com a sua distribuição:

Cota atual	Dimensão e suporte	Datas
ALB/ANTT/PASTA29/CX.01	Doc. numerados de 1131 a 1252	1516-1862
ALB/ANTT/PASTA32/CX.02	Doc. numerados de 718 a 728	Séc. XV-1772
ALB/ANTT/PASTA34/CX.03	Doc. numerados de 626 a 673	1567-1847
ALB/ANTT/PASTA35/CX.04	Doc. numerados de 674 a 717	1428-1822
ALB/ANTT/PASTA39/CX.05	Doc. numerados de 782 a 878	1614-1839
ALB/ANTT/Livro 1 (é o doc. 624)	<i>Parafrase De todos os Direitos Regalias, e Propriedades pertencentes ao Ex. mo Morgado de Freyritz e Penegate D. O. C. Ao Ill.mo Senhor D. Miguel Pereira Forjaz, Coutinho Barreto de Sá, e Rezende; Senhor Donatario dos Coutos de Freyritz, e Penegate; (...) Pelo Juiz do Tombo, e Cauzas do Mesmo Ex.mo Morgado João Jeronymo do Couto de Castro, e Souza</i>	1816-06-24
ALB/ANTT/PASTA40/CX.06	Doc. numerados de 594 a 625	1373-1875
ALB/ANTT/PASTA41/CX.07	Doc. numerados de 177 a 315	1762-1839
ALB/ANTT/PASTA41/CX.07 A	Doc. numerados de 316 a 448	
ALB/ANTT/PASTA42/CX.08	Doc. numerados de 449 a 509	1499-1824
ALB/ANTT/PASTA43/CX.09	Doc. numerados de 729 a 781	1485-1791
ALB/ANTT/PASTA57/CX.10	Doc. numerados de 979 a 1066	1587-1828
ALB/ANTT/PASTA58/CX.11	Doc. numerados de 541 a 593	1500-1838
ALB/ANTT/PASTA65/CX.12	Doc. numerados de 510 a 540	1688-1845
ALB/ANTT/PASTA66/CX.13	Doc. numerados de 1067 a 1130	1435-1840
ALB/ANTT/PASTA78/CX.14	Doc. numerados de 124 a 176	1452-1726
ALB/ANTT/PASTA88/CX.15	Doc. numerados de 54 a 123	1402-1823

⁷⁹ PINTO, 2012: 307-341.

Cota atual	Dimensão e suporte	Datas
ALB/ANTT/PASTA97/CX.16	Doc. numerados de 879 a 918	1753-1859
ALB/ANTT/PASTA104/CX.17	Doc. numerados de 919 a 978	1555-1825
ALB/ANTT/PASTA126/CX.18	Doc. numerados de 39 a 53	1813-1816
ALB/ANTT/PASTA148/CX.19	Doc. numerados de 1 a 38	1528-1822

Nesta cota foram encontradas algumas incongruências, para além da evidente não sequência da numeração dos documentos e caixas, como falhas de documentos⁸⁰, trocas de numeração ou numeração duplicada⁸¹. Uma outra questão prende-se com a dispersão da documentação, ou seja, um documento pode estar contido em duas ou mais capilhas⁸².

A cota **Encarnação** tem 143 unidades de instalação, das quais são 137 caixas e 8 livros. A numeração das caixas começa no número 1 e vai até ao 57, algumas foram desdobradas em A e B, até C⁸³, com a exceção da caixa 27 que foi dividida em I e II.

As divisões das caixas obedeceram à antiga arrumação por pacote, sendo que este poderia conter mais do que um maço (numeração antiga e não sequencial). Essa destriça ficou mapeada na cota. Exemplo:

Pacote 55 Maço 164	ALB/ENCAR/PAC55/MÇ164/CX55
Pacote 55 Maço 165	ALB/ENCAR/PAC55/MÇ165/CX55 A
Pacote 55 Maço 167	ALB/ENCAR/PAC55/MÇ167/CX55 A

⁸⁰ Falta o doc. 1169 na cx. 1, não sabemos se saltaram uma mecha ou se falta mesmo; falta o doc. 685 na cx. 4, tem uma mecha a dizer que se encontra numa pasta à parte, mas não foi encontrado. O doc. 624 da cx. 6 da lista de Pedro Pinto é o doc. 625, que não existia nem estava referido como em falta.

⁸¹ O doc. 712 da cx. 4 que faltava na lista de Pedro Pinto está na caixa, não existe nessa caixa o 718 referido por Pedro Pinto na mesma lista (que afinal é o doc. 712). Os números duplicados 718 deixaram de existir. O verdadeiro doc. 624 é o BNP, *AALB, ANTT*, liv. 1, e está na cx. 5, quando deveria estar na cx. 6. N.º de documento repetido: 720.

⁸² Como o caso do doc. 1056 – Foros das casas na cidade do Porto. 1 fl. s. d. incompleto, que continua no doc. 1066 – Refere que D. Tristão de Meneses fez um inventário e que tem de ser visto à luz das novas determinações régias. Inclui 2 folhas de propriedades e respetivas rendas, mas está incompleto (começa no n.º 5). (1818). 1+2 fls. O mesmo acontece nas restantes cotas, Encarnação e Av. de Roma.

⁸³ Com exceção das caixas número 30-32, 36, 40, 56 e 57, que não foram desdobradas.

Os vários milhares de documentos não estão numerados e, presentemente encontram-se, dentro das caixas, separados por duas ou três capilhas *acid free* para facilitar o seu manuseamento. De igual modo estão colocados em capilhas os documentos que se encontram em mau estado.

A cota **Av. de Roma** tem 126 unidades de instalação, das quais são 125 caixas e um livro (de grande formato). A numeração começa na caixa 58 (não foi iniciada do número 1, mas sim continuada do número 57, que é o último número da série *Encarnação*) e termina na caixa 116.

Algumas caixas⁸⁴ foram desdobradas em letras A e B, com a exceção da caixa 66, que foi desdobrada com numeração romana de I a V; acontecendo o mesmo com as caixas 82 e 83 (de I a III), e a 114, de I a II.

Tal como acontece na cota *Encarnação*, também estes documentos não estão, na sua grande maioria, numerados. Verificámos, no entanto, que na caixa BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, constituída por um códice factício, os documentos, apesar de encadernados, estão numerados de 1253 a 1615, o que denota que terá sido continuada a numeração atribuída aos documentos com a cota ANTT (cujo último doc. é o 1252). O mesmo se passou na BNP, *ALB, Roma*, pac. 77, n.º 076, cx. 77, com os documentos numerados de 1619 a 1711. Colocámos a hipótese de as caixas terem sido sequenciais numa cota antiga, mas pela consulta da tabela de transferência de maço para caixa, elaborada pelas técnicas da BNP, nada o indica, a caixa 58 era uma caixa antiga 1, a caixa 77 era um pacote 77. Terão sido “organizadas” uma a seguir a outra em algum momento, mesmo não seguindo a ordem numérica das caixas e por isso continuaram a numeração? Não o conseguimos apurar. De qualquer das formas a numeração não voltou a ser retomada em qualquer outra caixa.

Tanto nas cotas *Encarnação* como na *Av. de Roma*, para além da colocação das capilhas em papel *acid free* nos documentos e nos documentos em mau estado, como já foi atrás referido, as técnicas profissionais da Biblioteca Nacional iniciaram, em 2016, a marcação do número de caixa e documento, mas sem acompanhamento da técnica superior.

Não seguimos esta numeração dada aos documentos por termos verificado incongruências de marcação. Seguimos apenas a numeração das capilhas.

Quanto a falhas na documentação, verificámos que faltava um documento numa caixa da BNP, *ALB, Roma*, pac. 108, n.º 169, cx. 108 [antigo maço 5]⁸⁵.

⁸⁴ Com exceção das caixas 61, 65, 75, 85, 98, 99, 105, 112 e 116 que não foram desdobradas.

⁸⁵ Em setembro de 2016, verifiquei que na caixa em questão estava uma mecha com o seguinte texto: “Em carta de sua majestade de vinte e cinco de Junho de 1604.... retirado Dr.º

Relativamente ao estado de conservação dos documentos salienta-se o facto de algumas caixas ainda serem as antigas⁸⁶, o que, se por um lado, nos informa como eram guardados os documentos antes de terem entrado na BNP; por outro são desadequadas ao seu conteúdo: pequenas, o que leva a que as pontas dos documentos se dobrem, demasiado cheias e de difícil manuseamento e outras com graves problemas de humidade e fungos⁸⁷. Algumas destas caixas estão dentro das caixas *acid free*, o que acaba por ser contraproducente.

Alguns documentos encontram-se em avançado estado de degradação, por motivos de acidez de papel e tinta ferrogálica ou por fungos e bolores. Quanto a parasitas, apenas em duas ou três caixas verificámos a presença de lepismas, situação que foi comunicada aos responsáveis, e que levou ao reforço de instalação no depósito de armadilhas nos locais adequados.

Os inventários

Os inventários do cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei

A organização e reorganização de cartórios de numerosas famílias nobres com produção de inventários⁸⁸, que se verificou a partir de meados do século XVIII e durante todo o século XIX, ficou a dever-se em grande parte, como referiram Abel Rodrigues e Armando Malheiro da Silva, a uma reestruturação das famílias nobres, que se havia iniciado em meados do século XVI com a criação dos institutos vinculares e no contexto político e social saído da Restauração⁸⁹.

Fazem parte do AALB vários inventários antigos, completos⁹⁰ dos quais três pertencem ao antigo cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei:

Teresa". Não tenho conhecimento até ao momento do que aconteceu ao documento em falta.

⁸⁶ Algumas caixas antigas foram reaproveitadas, o conteúdo não corresponde à etiqueta da lombada.

⁸⁷ Sugerimos que sejam reacondicionadas para memória futura, em ambiente controlado e isoladas.

⁸⁸ Como os da Casa de Bragança, Condes de Povolide, Casa de Melo, entre outros. RODRIGUES & SILVA, 2012: 614-617.

⁸⁹ *Ibid.*

⁹⁰ Ao abrigo do projeto *INVENT.ARQ*, coordenado pela Professora Doutora Maria de Lurdes Rosa, e financiado pela FCT, foi possível identificar este inventário, assim como os que vêm referidos nas notas seguintes. Existem mais dois incompletos: BNP, *AALB, Enc.*, cx. 20, liv. 13 e o BNP, *AALB, Roma*, pac. 111, cx. 111, n.º 178.

um redigido no ano de 1835⁹¹, outro redigido em 1835-1836⁹², e finalmente um outro no ano de 1836⁹³, mandados fazer pelo 4.º Visconde de Vila Nova de Souto del Rei, António José de Almada Melo Velho de Lencastre de Carvalho de Fonseca Castro e Camões.

O *Index de todos os maços, pastas de couro e em geral o que contém o Cartório do Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey*⁹⁴ é um inventário iniciado a 5 de março de 1835, sem autoria expressa e nele podemos encontrar os documentos sumariados, datados e numerados sequencialmente de 1 a 2090, sem ordem cronológica ou destrição de assunto, tema, família, morgadio ou ordem topográfica. Isto mesmo é referido no inventário de 1836: “O N.º do parenthesis refere-se ao Livro em que se achão relacionados indistintamente todos os títulos e papéis do Cartório”⁹⁵. Os documentos estão arrumados por maços, num total de 68, mas dentro de cada maço a numeração dos documentos não é reiniciada a cada mudança de maço, mas sim contínua. A numeração dos documentos deste inventário pode ser encontrada nos documentos pertencentes ao cartório dos Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei no canto inferior esquerdo no primeiro fólio dos documentos, e no canto inferior esquerdo da folha de resumo que acompanha o documento, em praticamente quase todos os documentos deste cartório. Foi esta uma das formas que nos ajudou a reunir alguns resumos que andavam soltos dos seus documentos.

Em data posterior à realização deste inventário, geral, sequencial do cartório, foi realizado um outro, também ele de autor desconhecido, não datado, mas que pela sua análise poderemos considerar que é posterior ao de 1835, pois recupera a numeração dos documentos atribuída em 1835. Intitulado *Index geral dos Livros, Títulos e papéis pertencentes à Caza do Ill.mo e Ex.mo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey, no qual se mencionão destinctamente todos os Morgados e Capellas de sua Caza, todos os bens allodiaes, e tudo quanto foi possível descobrir para legalizar as diferentes aquisçoens e dispor com regularidade método e clareza quanto se contem no seu Cartorio*⁹⁶, este inventário organiza por temas – leia-se morgadios, capelas – os documentos, iniciando a inventariação dos documentos pelo Morgadio instituído por Catarina Lopes em 1438. A numeração dos documentos é reiniciada a cada vínculo, e no

⁹¹ BNP, AALB, Roma, pac. 116, cx. 116, liv. 192.

⁹² BNP, AALB, Enc., pac. 20, cx. 20, liv. 13.

⁹³ BNP, AALB, Enc., pac. 40, cx. 40, liv. 21; GAGO, 2015: 162-163.

⁹⁴ BNP, AALB, Roma, pac. 116, cx. 116, liv. 192.

⁹⁵ BNP, AALB, Enc., pac. 40, cx. 40, liv. 21, fl. 13.

⁹⁶ BNP, AALB, Enc., pac. 20, cx. 20, liv. 13.

final de cada resumo remete, entre parêntesis, para a numeração do documento no inventário de 1835.

Esquemáticamente:

Resumo	Índice 1835	Índice 1835/1836	Índice 1836
Traslado de tomo de capela de D. Jorge da Cunha. 1576	n.º 798	n.º 168/lápis 199 (798)	n.º 199 (798)

Este inventário constituiu uma versão preparatória do inventário de 1836, embora a sequência da organização temática (de morgados e capelas e outros bens) não seja exatamente a mesma. Os novos números deste inventário são renumerados a lápis, novos documentos são sumariados e numerados e é essa renumeração que podemos encontrar no *Index Geral do Cartorio do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey. Organizado em 1836*⁹⁷, onde o quarto Visconde enuncia os motivos que presidiram à sua elaboração:

“A conservação e guarda dos titulos he hum objecto de grande importancia: lhes firmão e defendem a propria fortuna, mostrando a legitima aquisição do Patrimonio, Nobreza, e Honras; segue se pois a necessidade de os collocar debaixo de hum systema regular, simples, e claro, que os possa tornar uteis, e proveitozos.

Levado Sua Excelencia desta consideração mandou organizar o seu importantissimo Cartorio, que continha mais de tres mil titulos em absoluta confusão.

Este trabalho, fácil á primeira vista, foi desenvolvendo successivas difficuldades, porque letras antiquissimas, reiteradas transacçoens, falta de notas, e de clarezas, e finalmente hum desarranjo d’antiga data, complicarão este trabalho, que foi preciso consumir muito tempo no exame, e combinação dos titulos para os separar, e collocar no seu devido lugar, e para formar d’elles hum Index geral, que não só facilitasse o encontro dos mesmos titulos, mas que podesse illucidar promptamente sobre qualquer assunto do Cartorio. Estes dois fins, os mais interessantes e essenciaes contem o methodo e systema, que se adoptou e cumpre explicar.⁹⁸”

Segundo o mesmo inventário, o cartório terá sido repartido em 8 divisões que plasmaram a sua organização. A primeira contém os títulos relativos aos morgados e capelas da Casa (maços 1 a 38). Na segunda estão as mercês (maços

⁹⁷ BNP, AALB, Enc., pac. 40, cx. 40, liv. 21. Sobre o códice, ver GAGO, 2015: 162-163.

⁹⁸ BNP, AALB, Enc., pac. 40, cx. 40, liv. 21, fl. 1.

39 a 41). Na terceira, a documentação relativa à administração dos bens da Casa (maços 44 a 49). Na quarta, as certidões (maço 43). Na quinta, os processos e causas judiciais findas e correntes (maços 42 e 43). Na sexta, os diplomas relativos a serviços militares, eclesiásticos e civis (maços 42 e 43). Na sétima, apontamentos genealógicos e sobre a história da família (maço 42). Por fim, na oitava vêm assuntos diversos (maços 42 e 43). Os restantes papéis antigos, sem grande importância para a casa em 1836 e que ainda se encontravam no cartório, foram agrupados nos maços 50 a 62. No entanto, toda esta arrumação dada em 1836 foi reorganizada pelos maços organizados topograficamente nos inícios do século XX, como já fizemos menção. Mesmo esses fogem por vezes a essa organização, alguns documentos estão fora das capilhas, os resumos em papel estão por vezes separados dos documentos e colocados noutras caixas, fruto das sucessivas arrumações e consultas a que tem sido sujeito. No processo de inventariação conseguimos reunir alguns fragmentos, como a capa do livro *A água: compilação dos principaes elementos de geologia para o descobrimento dos mananciaes aquaticos*⁹⁹, da autoria de Santiago Garcia de Mendoza, que estava na caixa 111, com o livro, e a restante metade da capa na caixa 116.

Os inventários do(s) cartório(s) da família Pereira Forjaz Coutinho

Fruto das ligações matrimoniais e heranças recebidas pela família Pereira Forjaz Coutinho, no cartório desta família foram identificados alguns inventários. O documento mais antigo, que podemos considerar nessa categoria é um documento com tripla funcionalidade e estrutura: um compósito de tombo, registo de documentos e instrumento de gestão e memorial. Trata-se do “inventário” do morgadio do Canidelo¹⁰⁰, produzido por Fernão Ribeiro (flor. 1487-1496), casado com Filipa de Sousa (flor. 1487-1513). O documento é descrito, em 1498, aquando da entrega ao juiz e contador dos resíduos da comarca de Entre-Douro-e-Minho por Filipa de Sousa, para prova e cópia, como “hum livro encadernado em que estavam as herdades da dita capela, escrito por o dito Fernão Álvares Ribeiro, que foi administrador, e todas as herdades declaradas, e mais o testamento do instituidor”. O documento constitui um importante testemunho de registo autógrafo de um proprietário, que compila e copia documentos de

⁹⁹ BNP, AALB, Roma, cx. 111, pac. 111, n. 176. MENDONZA, Santiago Garcia de – *A água: compilação dos principaes elementos de geologia para o descobrimento dos mananciaes aquaticos*. Porto: Tip. de António José da Silva Teixeira, 1866. 272 p.

¹⁰⁰ BNP, AALB, ANTT, cx. 4, doc. 678. Ver ROSA, 2015: 98-99.

diferente natureza, atualizando os escritos anteriores do seu pai (cada entrada conterá informações relativas às dimensões, confrontações, foreiros, tipo de foro e pagamento) e usado para gestão corrente. Principia pelo tomo propriamente dito das propriedades, organizado por listagens de “quintas” distintas em “títulos”, após os quais são listados os casais, foreiros e rendas. Neste sentido, o elenco é muito mais do que um simples tomo administrativo, é o registo de uma atividade quotidiana. O segundo elemento do livro, separado do tomo dos restantes bens, é a lista de obrigações fúnebres devidas a João Álvares Ribeiro, sogro de Filipa de Sousa, e dos bens a elas adscritos, bem como o testamento da instituidora, Inês Vaz, de 1458 e nomeação do seu sobrinho João Vasques Ribeiro, cavaleiro da casa do Rei e morador no Porto, por administrador do morgadio. O redator faz comentários, no próprio texto, sobre a ligação entre os bens e as cerimónias por alma. O livro termina com uma lista de bens que vieram a Fernão Álvares Ribeiro de outros modos, marcando a sua posição como bom herdeiro e cuidadoso administrador na gestão das propriedades e respetivo arquivo. Com efeito, como refere Maria João de Andrade e Sousa¹⁰¹, entre os séculos XVI e XVII, a fundação de morgados “desafiou constantemente a capacidade do descendente nomeado para os herdar e gerir, pois este instituto obrigava a acrescentar a riqueza da família”. Daí a necessária importância da posse e da presença em inventários dos documentos (re)fundacionais de morgados, originais ou em cópia¹⁰². Os documentos transmitiram-se, acompanhando uma sucessão canónica em morgadio até à inexistência de herdeiros masculinos na quarta geração após a do primeiro administrador. O casamento da única herdeira deste, Maria de Sousa com Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, morgado de Argemil e Fajozes, cerca de 1565, faz com que o morgadio do Canidelo passe para esta última família fidalga da região do Porto, com vastas propriedades, ao que tudo indica de um extrato social superior¹⁰³. Os morgadios assim reunidos, e respetiva documentação, entraram seis gerações mais tarde na família de Diogo Pereira Forjaz Coutinho, pai da viscondessa de Vila Nova de Souto del Rei (por casamento) que herdará os bens por morte sem descendentes do seu irmão Miguel.

No que se refere às outras famílias que elencámos acima, não resta qualquer vestígio de inventário antigo no AALB.

De época muito posterior, já de meados do século XVIII, surgem alguns inventários parcelares referentes às famílias Meneses e Pereira, como o *Livro*

¹⁰¹ SOUSA, 2017: 227-228.

¹⁰² ROSA, 2015: 17.

¹⁰³ Veja-se a sucessão do morgadio nas gerações da família Furtado de Mendonça e Meneses em CARVALHO & PINTO, 2012: 267-280.

indicativo das ex.mas Casas de Meneses e Pereiras e mais bens, e direitos que pertencem à casa. O “inventário” inicia-se no fl. 10 com os títulos da instituição do morgado de D. Fradique de Meneses e suas dependências, onde são descritos os documentos, mas sem indicação de arrumação em maço ou gaveta. O códice tem paginação inversa, com o título: *Guimarães. Relação dos títulos e mais papéis pertencentes a este Morgado. Lisboa ano de 1835*, e é sob essa nova paginação que a p. 29 toma a aparência de inventário: descreve maço 45 e 46 e numera os documentos neles contidos.¹⁰⁴

Dessa mesma época, datado de 1767, encontramos o inventário do cartório pertencente a Diogo Pereira Forjaz, referido no *Livro dos prazos pertencentes à casa de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, que herdou de seu pai D. Miguel Pereira Forjaz no ano de 1767. O Inventário dos papéis que acho no cartório do sr. Diogo Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende*¹⁰⁵ faz o índice de quatro maços de documentos numerados: o maço 1 continha 48 documentos; o maço 2, um pouco maior, 74 documentos, o maço 3 com apenas 29 documentos, o maço 4 com 89 documentos, e ainda seis maços onde não discrimina número de documentos. Os documentos dizem respeito aos prazos administrados pela família Pereira Forjaz Coutinho, quer na região de Aveiro, de onde era originária a família Barreto, quer em Lisboa, nomeadamente na administração da capela instituída no convento da Nossa Senhora da Graça por Álvaro Antunes Varejão, em 1572¹⁰⁶.

Já de final do século, datado de 1799, foi redigido o *Livro da Fazenda da Casa do Il.mo e Ex.mo Senhor D. Miguel Pereira Conde da Feira*¹⁰⁷. Nele se descrevem “os bens e direitos de que se compõem presentemente a casa do Ilmo. (...) D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho (...) Conde da Feira (...) pela mesma ordem e conformemente ao arranjo que se praticou no Index dos títulos do seu cartório”¹⁰⁸. O volume apresenta os títulos distribuídos em sete divisões, e no fim de cada uma delas apontam-se os bens “de cuja alienação legal não consta e pela

¹⁰⁴ BNP, AALB, Enc., cx. 39A, liv. 14: Livro indicativo das Ex. mas Casas de Meneses e Pereiras e mais bens, e direitos que pertencem à casa. [17--/18--].

¹⁰⁵ BNP, AALB, Enc., pac. 17, cx. 17A, cap. 2, *Livro dos prazos pertencentes à casa de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, que herdou de seu pai D. Miguel Pereira Forjaz no ano de 1767*, fl. 13-22.

¹⁰⁶ BNP, AALB, Enc., cx. 17, mç. 80, cap. 1, cota antiga: D 1 M 2 N 7.

¹⁰⁷ BNP, AALB, Enc., pac. 32, cx. 32, cap. 1, *Livro da Fazenda da Casa do Il.mo e Ex.mo Senhor D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende de Magalhães e Meneses Conde da Feira*. Em 1799. Apesar de datado de 1799, a cópia do exemplar que nos chegou tem a data de 1821, e foi copiada por José Caetano da Silva Gaião, um dos procuradores de Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá e Resende de Magalhães e Meneses, então já Conde da Feira.

¹⁰⁸ *Ib.*, fl. 1.

maior parte se devem supor sonogados”¹⁰⁹. A primeira divisão compreendia todos os bens e direitos da casa adquiridos desde os tempos de D. Álvaro Pereira Coutinho, filho de D. João Pereira, até ao ano de 1799, com exceção dos bens da capela de Pantaleão Ferreira de Távora¹¹⁰ que formam a segunda divisão, os prazos de Aveiro pertenciam à terceira, os morgados de Freiriz e Penegate, com as capelas e padroados a eles anexos na quarta, os morgados e capelas de Resendes, Sá e Silvães na quinta, os prazos de D. Luísa da Câmara e heranças das casas da Barca e Ponte de Lima, estavam na sexta e na sétima e última os direitos à Casa da Feira.

Houve, no entanto, a necessidade de proceder a um novo inventário, mais detalhado, do cartório de Miguel Pereira Forjaz Coutinho Barreto, em 1825. Tal facto deveu-se à entrada da documentação herdada por morte de seu primo João Manuel de Meneses, ocorrida em 1819, nomeadamente no que dizia respeito à parte sexta, depois de resolvido o litígio sobre a herança de João Manuel de Meneses e João Luís de Meneses. Este inventário é constituído por três volumes, dos quais apenas dois remanescem no acervo¹¹¹, sendo que na lombada vem designado como *Index antigo*, o que denota uma posterior reformulação do mesmo¹¹². No seu prólogo discriminou-se a organização do cartório:

“O sistema porque foram arrançados os Papeis deste Cartório em 1799 e que se deve conservar, distribuíram-se os títulos em 7 Divisões, subdivididas em 16 Maços, observada em cada hum deles, a ordem cronológica segundo a qual vão numerados os Documentos, que nelles se comprehendem.

Como esta Ordem não he por ventura a mais luminosa relativamente à Fazenda, sendo contudo a que pareceo indispensável naquelle tempo, tratou-se de remediar isto, formalizando um livro de Fazenda, em que por meio de remissões se remediou esta forma, cujo livro se deve também agora renovar, e acrescentar, como pede a diversidade de circunstancias no ano de 1825, em que se emprehende este trabalho”¹¹³.

¹⁰⁹ *Ib.*.

¹¹⁰ *Ib.*.

¹¹¹ BNP, *AALB, Enc.*, pac. 27, cx. 271, liv. h) vol. 1 (D 1 M 1 N 1 e termina a D 4 M 5 N 227) e liv. b) vol. 2 (D 4 M 5 N 228 e termina D 6 M 10 N 105). O terceiro volume, hoje desaparecido, conteria a D 6 M 10 N 106 em diante.

¹¹² BNP, *AALB, Roma*, pac. 111, cx. 111A, n.º 178, *Índice antigo da casa dos Condes da Feira*. C. 1822.

¹¹³ BNP, *AALB, Enc.*, pac. 27, cx. 271, liv. h) vol. 1, fl. 1.

Segue-se a explicação do que contém cada divisão:

- na primeira os títulos respeitantes aos bens e direitos adquiridos da casa desde D. Álvaro Pereira Coutinho, filho de D. João Pereira, até ao ano de 1799;
- na segunda os títulos de bens relativos à capela de Santo António instituída em S. Pedro do Sul por Pantaleão Ferreira de Távora, falecido em 1642, na qual nomeou por administrador a Álvaro Pereira Coutinho, filho de seu segundo primo D. Álvaro Pereira Coutinho;
- na terceira estão os títulos do prazo dos casais de Aveiro, de que era senhor direto o Mosteiro de Santo Tirso, e foi deixado em testamento por João Pereira da Cunha Ferraz, que dele tinha o domínio útil, ao seu cunhado D. Miguel Pereira Forjaz Coutinho, que dele tomou posse em 1738;
- na quarta encontram-se os títulos das capelas e morgados de Freiriz e Penegate instituídos em 1532 por Fernão Nunes do Gafanhão, e aumentados pelos seus sucessores, com as capelas de Santa Clara e S. Domingos do Porto, dos quais tomou posse o Diogo Pereira Forjaz Coutinho Barreto de Sá Resende em 1767, após a extinção da linha dos Barretos na Casa da Barca pela morte de D. João Luís de Meneses, primo de sua mulher e último descendente de D. Jerónima Maria de Sá, morgados a que tinha direito por sua avó D. Inês Antónia Barreto de Sá, casada em 1689, com D. Álvaro Pereira Forjaz Coutinho;
- na quinta estão os documentos relativos à capela e morgados instituídos por Pedro Homem de Resende, em 1628, e por seu irmão, João Homem de Resende, em 1640, assim como outra capela e morgado que D. Maria de Sá estabelecera no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, em 1623, e que haviam entrado na casa de Freiriz pelo casamento de D. Joana Corte Real de Sá e Resende (filha de Sebastião de Sá e Miranda e D. Jerónima Corte Real) com Fernão Nunes Barreto, a qual os herdara por seu pai, Gaspar Nunes Barreto e tios;
- na sexta os títulos dos prazos que D. Diogo Forjaz adquiriu pelo casamento com D. Luísa da Câmara Meneses, a qual havia sido nomeada por sua mãe D. Maria Rosa da Câmara e Meneses em 1778, e mais bens e direitos que pelo dote e herança da dita senhora lhe pertenceram da casa de seu primo D. João Luís de Meneses em 1768, e de seu pai D. João Manuel de Meneses, falecido em 1769;
- e por fim na sétima os títulos dos bens e direitos do morgado instituído em 1512 por D. Leonor Coutinho e os títulos da Casa da Feira. Alertava o autor do inventário que, no que se referia a estes últimos, eram os mais

antigos bens da casa de D. Miguel, mas que a pretensão a eles ainda não tinha sido resolvida, pelo que os deixou para a última divisão¹¹⁴.

As divisões, sete, eram compostas por dezasseis maços, contendo o primeiro as escrituras de dote e tomada de posse dos bens, contratos de casamento, breves de dispensas e executórias, certidões de recebimentos, batismos;

- no segundo estavam as escrituras de instituição de capelas e morgados, testamentos e pareceres sobre estes, codicilos, certidões de verbas testamentárias e de óbitos, protestos de adição de herança só a benefício de inventário, apontamentos sobre capelas e morgados, despesas com funerais;
- no terceiro autos de inventário, cartas e certidões de partilhas;
- no quarto escrituras de doações, habilitações de herdeiros, requerimentos, posse ou desistências de legados;
- no quinto escrituras de compra, sentenças de arrematação, escambos, subrogações, cartas de posse, empraçamentos e aforamentos;
- no sexto escrituras de empraçamentos ativos, renovações de prazos, trespasses;
- no sétimo escrituras de venda, sentenças de execuções;
- no oitavo escrituras de empraçamentos, renovações, certidões de medição e confrontação de bens empraçados;
- no nono escrituras de arrendamentos, de juros ativos e reconhecimento;
- no décimo autos e livro de tombo, demandas, cartas de sentença e sobressentença em matéria cível, criminal, testamentárias e capelas, transações, composições, reconhecimentos, renúncias, alvarás de confirmação, apostilhas de padrões, petições, embargos, arrazoados, justificações, precatórios, moratórias, notificações, atestações, citações, mandados, avaliações judiciais, procurações; doações, demandas e sentenças sobre padroados, apresentações de igrejas, colações, renúncias, alvarás de licença, breves de funções;
- no décimo primeiro instrumentos e certidões de justificação de serviços;
- no décimo segundo, doações, tenças reais, cartas de mercês de ofícios, de foros e de moradias, de comendas e conselho, de senhorio, avisos para servir no paço, alvarás para renúncia de mercês reais, patentes, padrões e certidões de juros reais;

¹¹⁴ O título de conde da Feira foi efetivamente atribuído a D. Miguel em 1820, mas sem qualquer reconhecimento de título anterior, nem a consequente distribuição de bens (e documentos) que tinham tido os anteriores condes. Veja-se atrás a nota 28.

- no décimo terceiro escrituras de juros passivos, escritos de dívida, obrigações de alimentos;
- no décimo quarto autos de conta de capelas, quitações de foros, juros de capelas, fianças, dotes, legados, salários, alugueres, compras, vendas, rendas, tributos, e meias anatas, distratos de juros passivos, recibos de papéis e títulos, livros de contas, contas correntes, cartas de residência;
- no décimo quinto cartas de correspondência dos administradores da casa com mordomos, feitores, procuradores, rendeiros, caseiros, contas com estes, róis de fazenda, de cobrança, de receita e despesa em benfeitorias e melhoramentos em prédios rústicos e urbanos e apontamentos sobre direitos e bens da Casa;

por fim no décimo sexto inquirições *de genere*, atestações sobre sangue, ascendências, modelos e cartas de armas, genealogias, ofícios de tribunais e secretarias de Estado, “cartas e papeis vários insignificantes relativamente a Fazenda”¹¹⁵.

Dessa antiga arrumação registamos que os documentos pertencentes ao cartório de Miguel Pereira Forjaz ainda mantêm (na sua grande maioria) a capilha onde está sumariado o documento e marcada a sua cota, a qual remete para este índice geral (de 1825).

Por exemplo:

“Escritura de reconhecimento que fez D. Jerónima Corte Real com as religiosas de Mosteiro de Santa Clara de Coimbra em que lhes largou umas casas na serra de Joaneanes, termo do Rabaçal, que foram de seu irmão João de Resende, por dívidas de dinheiro a juro que o seu irmão devia às mesmas. 17 de abril de 1652. Cota¹¹⁶: D 5 M 7 N 4”¹¹⁷.

Verificamos que o documento pertencia à divisão 5 – “Capela e morgados instituídos por Pedro Homem de Resende em 1628, e seu irmão João Homem de Resende em 1640, com a invocação de St. António e outra capela e Morgado, que D. Maria de Sá estabelecera no Mosteiro de Sta Cruz de Coimbra em 1623, o que tudo havia entrado na casa de Freiriz pelo casamento da sr.^a D. Jerónima digo D. Joana Corte Real de Sá e Resende (filha de Sebastião de Sá e Miranda e D. Jerónima Corte Real) com Fernão Nunes Barreto, a qual os herdara por seu Pai e tios, e os documentos que respeitam a estas capelas e vínculos” – , maço 7 – “Escripturas de venda, Sentenças de Execuções, etc.” – , sendo o documento

¹¹⁵ BNP, *AALB, Enc.*, pac. 27, cx. 27I, liv. h) vol. 1, fl. 3.

¹¹⁶ Anotação nossa.

¹¹⁷ BNP, *AALB, Enc.*, pac. 5, cx. 5, cap. 2, doc. 1.

número 4. Por vezes a numeração apresenta correções na capilha, encontrando-se riscado o antigo número de ordem e colocado um novo, ao lado ou em cima.

O inventário de 1825 foi reformulado, ainda em vida ou já depois da morte de Miguel Forjaz Coutinho, de 1827, tendo passado de três volumes para dois, dos quais infelizmente, só nos restou o segundo¹¹⁸. Esse volume começa na divisão 5.^a, maço 7, (p. 427) e termina na divisão 7.^a (fl. 555-625), maço 16. No final apresenta observações e suplementos (fl. 631). Os documentos estão numerados e renumerados marginalmente a lápis. Comparando a informação da divisão 5.^a, ainda abrangida pelos volumes do “Index Antigo”, podemos verificar que houve supressão de alguns documentos.

Fora destes índices estavam os documentos pertencentes a D. Joana Eulália Freire de Andrade, condessa do Vimieiro, viúva de D. João de Faro e Sousa, segunda esposa de Miguel Pereira Forjaz. Constituídos em cartório próprio, os documentos dos bens, por si herdados aquando da morte do seu primeiro marido, entraram na Casa da Feira pelo seu casamento com Miguel Pereira Forjaz ocorrido em 1803. Constituem o volume intitulado *Índices do cartório da Senhora Condessa*¹¹⁹, que elenca dezoito subdivisões (por capela ou vínculo, sem indicar maços) com os resumos dos documentos numerados. Inicia com as capelas instituídas em Borba pelo padre João Dias da Fonseca¹²⁰, Dr. André Cavallo da Cunha¹²¹ e a das Freixas¹²² e com a de Pedro Calvo Pacheco de

¹¹⁸ BNP, AALB, Roma, pac. 111, cx. 111A, n.º 178, *Índice antigo da casa dos Condes da Feira*.

¹¹⁹ BNP, AALB, Enc., pac. 27, cx. 27II, i), *Índices do cartório da Senhora Condessa*.

¹²⁰ Padre e beneficiado, vigário da vara na vila de Terena, no seu testamento de 1754 (ADEVR, *Administração do Concelho de Borba*, cx. 121, doc. 370) instituiu capela em Borba, com bens que possuía nessa localidade e em Terena. Nomeou por sua administradora a prima Joana Teresa Vargas e por segundo administrador a Irmandade da Cruz de Cristo, da Igreja de Nossa Senhora do Soveral, em Borba. Em 1778 a administração da capela, por se achar vaga nas capelas da coroa, foi atribuída a D. João de Faro e Sousa, conde do Vimieiro, por carta de mercê da rainha D. Maria I. (ADEVR, AHMBRB, *Justiça, Cartas precatórias*, cx. 64, doc. 248 (código de referência PT/ADEVR/AHMBRB/J/007/00248). BNP, AALB, Enc., pac. 27, cx. 27II, i), *Índices do cartório da Senhora Condessa*, p. 1-8.

¹²¹ Natural de Borba, foi corregedor em Lagos, e familiar do Santo Ofício em 1683 e em 1684 era juiz da Irmandade do Santíssimo Sacramento de S. Bartolomeu, em Borba, tendo falecido em 1703. Nomeou por administrador da capela a irmandade dos Padres de S. Pedro na freguesia de S. Bartolomeu de Borba. Em 1778 a administração da capela, por se achar vaga no juízo das capelas da coroa, foi atribuída a D. João de Faro e Sousa, conde do Vimieiro, por carta de mercê da rainha D. Maria I. ADEVR, Cartório Notarial de Borba, *Livros de notas*, liv. 55, fl. 54-59; ANTT, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações*, André, mç. 3, doc. 65 (código de referência PT/TT/TSO-CG/A/008-001/561); BNP, AALB, Enc., pac. 27, cx. 27II, i), *Índices do cartório da Senhora Condessa*, p. 12-20; CARDOSO, 1751: 209.

¹²² Margarida Pereira ou Freixa, falecida cerca de 1661, e sua sobrinha Catarina Freixa, falecida cerca de 1649. Margarida Freixa foi casada com Pedro Borges Pessoa, falecido em 1654. Nomeou o sobrinho Bento Ferraz Duro por administrador da sua capela em 1653, sendo que em

Pina¹²³, em Moura. Seguem-se os documentos pertencentes a comendas atribuídas aos condes do Vimieiro, D. Sancho de Faro e Sousa: a de Santo Ildefonso, em Montargil¹²⁴, a de Santo André, em Fiães do Rio¹²⁵, a da Nossa Senhora da Graça, em Mora¹²⁶ e a comenda de Mourão¹²⁷ a D. João de Faro e Sousa. Seguem-se os documentos pertencentes a D. Sancho de Faro e Sousa¹²⁸, D. João de Faro e Sousa¹²⁹, outros relativos a direitos reais auferidos pelos mesmos¹³⁰ e os pertencentes à condessa D. Teresa Josefa Xavier de Melo¹³¹. Por fim padrões e alvarás, papéis pertencentes à condessa D. Joana Eulália Freire de Andrade, terminando com recibos, maço de papéis pertencentes as capelas da coroa que já estavam emaçados e numerados nos maços relativos a essas capelas¹³².

1691 a administração da capela era da Irmandade das Almas. Tal como as capelas anteriores, em 1778 a administração da capela, por se achar vaga no juízo das capelas da coroa, foi atribuída a D. João de Faro e Sousa, conde do Vimieiro, por carta de mercê da rainha D. Maria I. BNP, AALB, ANTT, cx. 15, doc. 55; *Enc.*, cx. 15, mç. 50, cap. 5, doc. 3; *Enc.*, pac. 27, cx. 27II, i), *Índices do cartório da Senhora Condessa*, p. 26-43.

¹²³ Casado em primeiras núpcias com Isabel Fialho Monteiro, filha de Pedro Monteiro Vieira (BNP, AALB, ANTT, cx. 17, doc. 943) e em segundas com D. Maria. No seu testamento de 1713 (faleceu a 1 de maio), instituiu uma capela em Moura, para a qual nomeou por administrador a Irmandade das Santas Almas da Igreja de S. João Batista. Em 1778 a administração da capela, por se achar vaga no juízo das capelas da coroa, foi atribuída a D. João de Faro e Sousa, conde do Vimieiro, por carta de mercê da rainha D. Maria I. AMM, *Irmandade de Nossa Senhora das Almas de Moura, Património, Testamentos, Testamento de Pedro Calvo Pacheco* (PT/AMMRA/INSAM/C/004/00006). BNP, AALB, *Enc.*, pac. 27, cx. 27II, i), *Índices do cartório da Senhora Condessa*, p. 49-59, 243-254.

¹²⁴ Dada por mercê de 5 de fevereiro de 1729. BNP, AALB, *Enc.*, pac. 27, cx. 27II, i), *Índices do cartório da Senhora Condessa*, p. 60.

¹²⁵ Dada por mercê de 13 de julho de 1747. *ib.*, p. 69.

¹²⁶ Dada por mercê de 24 de abril de 1746. *ib.*, p. 91.

¹²⁷ Dada por mercê de 15 de setembro de 1791. *ib.*, p. 97.

¹²⁸ Quarto conde do Vimieiro, governador militar da praça de Estremoz, entre 1768 e 1785, tendo sido ainda provedor da Santa Casa da Misericórdia do mesmo local entre 1770 e 1785 e sócio fundador da Academia das Ciências de Lisboa. Faleceu a 10 de setembro de 1790. Veja-se *ib.*, p. 156-171; FONSECA, 2005: 8, nota 3 e bibliografia aí citada.

¹²⁹ Quinto conde do Vimieiro, tesoureiro da capela real de Vila Viçosa, falecido em 1801, marido de Joana Eulália Freire de Andrade, que virá a casar com Miguel Pereira Forjaz. BNP, AALB, *Enc.*, pac. 27, cx. 27II, i), *Índices do cartório da Senhora Condessa*, p. 177-192.

¹³⁰ Como os oitavos de Rio Maior (*ib.*, p. 103-112), direitos reais de Alcoentre e Tagarro (*ib.*, p. 120-130), quartos da quinta do Verdelho (*ib.*, p. 136-141), o casal de Chabouco, em Alpiarça (*ib.*, p. 146-147).

¹³¹ Mulher de D. Sancho de Faro e Sousa e filha de Francisco José de Melo, senhor de Vila Verde de Ficalho e de Isabel Josefa Breyner. Foi dama da rainha D. Maria Ana de Áustria e comendadeira de Santos. *ib.*, p. 194-197. CANEDO, 2006: vol. III, 14.

¹³² BNP, AALB, *Enc.*, pac. 27, cx. 27II, i), *Índices do cartório da Senhora Condessa*, p. 205-225, 226-235, 236-238 e 258, respetivamente.

O índice tem registos até 1819 e não foram integrados no índice geral do cartório do marido, aquando da sua reformulação em 1825.

Da Casa da Feira foram ainda identificados outros inventários parcelares, como a *Colleção de todos os Tombos, Livros do Celleiro, Escrituras, Documentos e mais títulos pertencentes ao Ex.mo Morgado de Freiriz e de Penegate. Oferecida ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde da Feira, donnatario e senhor dos ditos coutos, morgado de Freireiz e de Penegate, Grão Cruz na Ordem de S. Tiago, comendador na Ordem de Cristo, tenente general dos Reaes Exercitos e do Conselho de Sua Magestade pelo seu Juiz do Tombo João Jerónimo do Coutto de Castro e Souza*¹³³ no ano de 1821¹³⁴, realizado a expensas de Miguel Forjaz Coutinho, ou ainda respeitantes ao morgado de Argemil e Fajozes, detidos pela família Furtado de Mendonça, que se ligou com a família Meneses no século XVII, pelo matrimónio de Francisco Furtado de Mendonça com Mariana Luísa de Valadares e Meneses, neta paterna de Afonso de Meneses, mestre sala do rei D. João IV. Neste último foram inventariados 86 documentos pertencentes ao Morgado de Argemil, datados entre 1373 e 1734, e que terá sido realizado no século XIX¹³⁵, um outro exemplar intitulado *Rellação dos títulos pertencentes ao Morgado d'Argemil e Fajozes. Títulos antigos desde 1373 até mil setecentos e tantos*, indexa 158 documentos pertencentes ao Morgado de Argemil e Fajozes datados entre 1373 e 1826, e está organizado por n.º de ordem, maço, n.º do doc., descrição e ano¹³⁶.

Um arquivo de arquivos

Como vimos acima, o AALB constitui um arquivo de múltiplas proveniências, ilustrando mais uma vez a expressão consagrada de Borja de Aguinagalde de que um arquivo de família se constitui como um arquivo de arquivos¹³⁷.

Com efeito, vários arquivos que foram organizados ou apenas guardados com intuito de prova de posse, defesa de direitos, partilhas de bens¹³⁸, habili-

¹³³ Sobre o autor do códice ver GAGO, 2015: 83-88.

¹³⁴ BNP, AALB, Roma, pac. 111, cx. 111, n.º 176. Sobre o códice, ver GAGO, 2015: 150-151.

¹³⁵ BNP, AALB, ANTT, cx. 6, doc. 594a. Caderno de 20 páginas, inicia no n.º 5 – Morgado de Argemil, indica maço, número, o que contém, datas e observações.

¹³⁶ BNP, AALB, ANTT, cx. 6, doc. 594b.

¹³⁷ BORJA DE AGUINAGALDE, 2013: 34; MARQUES, 2013: 6; LAFUENTE URIÉN, 2012: 667.

¹³⁸ Como a inúmera documentação relativa ao processo de partilhas dos bens de João Manuel de Meneses e João Luís de Meneses, que levou a longa luta judicial entre Diogo Forjaz e o seu cunhado Tristão de Meneses.

tação a heranças e morgadios, em suma, utilizados na gestão do património e da casa, foram sendo utilizados e reutilizados por várias gerações, da mesma família, ou de famílias a elas associadas (no caso de venda de propriedade ou de dote). Prova disso são as inúmeras cópias, traslados ou apenas transcrições em letra “moderna” de antigos escritos que foram realizadas por elementos familiares de duas ou três gerações posteriores àquelas em que o documento foi produzido. Necessidade económica, necessidade de prova de posse, pretensão a título prestigiante, foram várias as razões para a produção desses “novos” documentos.

Perante a amálgama documental tornou-se fundamental o acesso e recuperação facilitada desses documentos.¹³⁹ A elaboração de inventários constituiu uma etapa fundamental na estruturação das famílias das elites iniciada no século XVI com a criação dos vínculos e sobretudo no “contexto político saído da Restauração e que contribuiu de forma determinante para a consolidação do conceito de Casa que começou a emergir em Setecentos”¹⁴⁰ e que levou à organização e reorganização de cartórios de numerosas famílias nobres¹⁴¹, tendo tido o seu golpe final com a profunda alteração política, económica e social que o fim do sistema vincular¹⁴² trouxe às famílias detentoras de vínculos, levou a que muitos deles deixassem de ter qualquer utilidade de prova de bens e mercês que lhes deu origem e que garantiu a sua integridade durante vários séculos. Efetivamente, os dois cartórios – Viscondes de Vila Nova de Souto del Rei e Conde da Feira – foram totalmente desmantelados, misturados, desorganizados, e posteriormente reorganizados segundo uma tipologia completamente alheia à sua génese, como referimos atrás.

Da riqueza documental do acervo já Pedro Pinto fez menção, no artigo citado¹⁴³, chamando a atenção para algumas peças documentais, e publicando num outro estudo parte do acervo relativo a Duarte Pacheco Pereira¹⁴⁴. Como temos vindo a mostrar confirma-se a imensa importância do acervo, no qual muitos outros documentos de relevo estão ao dispor dos investigadores. Além dos que fomos mencionando, apresentamos aqui, a título de inventário, alguns

¹³⁹ ROSA, 2012: 580-582; BORJA DE AGUINAGALDE, 2013: 27; DE VIVO, 2010: 231-248; GÓMEZ VOZMEDIANO, 2007: 137; HEAD, 2007: 320.

¹⁴⁰ RODRIGUES & SILVA, 2012: 614.

¹⁴¹ Como os da casa de Bragança, condes de Povolide, casa de Melo, entre tantos outros. PÁSCOA, 2015: 53-57; RODRIGUES & SILVA, 2012: 614-617.

¹⁴² COELHO, 1980: 111.

¹⁴³ PINTO, 2012: 309-314.

¹⁴⁴ Veja-se nota 5.

breves exemplos que nos surgem particularmente interessantes, pela sua originalidade, em relação com questões menos conhecidas e pelo interesse cultural geral. A exploração aprofundada do acervo que o presente artigo pretende incentivar, irá certamente trazer muitos outros, decerto conforme as questões de investigação a tratar, mas à partida já se configurando como muito amplas.

O primeiro documento pertenceu ao arquivo da família Pereira Coutinho, mais especificamente aos documentos que acompanharam a administração da capela de Álvaro Antunes Varejão, cavaleiro da casa real, que por seu testamento, deixa por administrador o seu filho Francisco Álvares Varejão¹⁴⁵, cuja filha, Maria de Vasconcelos, irá casar com Álvaro Pereira (é o segundo casamento deste)¹⁴⁶, quarto avô de Miguel Pereira Forjaz. Foi certamente por esta via que a administração da capela, instituída pelo último em 1572 no convento da Graça de Lisboa, e conseqüentemente dos bens e documentos entrou na família do conde da Feira. A capela tinha anexadas várias propriedades na zona oriental de Lisboa, no Vale Escuro¹⁴⁷ e em Vale de Cavalos¹⁴⁸, ou Cavalinhos¹⁴⁹, nomeadamente olivais. Como foi referido anteriormente, era frequente aquando da compra de propriedade, os documentos, mesmo antigos, a ela associados acompanharem a venda. Assim se explica que uma escritura de venda, ocorrida em 13 de novembro de 1481¹⁵⁰, de uns olivais em Vale de Cavalinhos, termo de Lisboa entre Pero Lopes, escudeiro do Conde de Atalaia¹⁵¹ e sua mulher Constança Domingues e Mafamede Copim e sua mulher Fotacima, filha de Çaide, mouros forros, moradores na Mouraria¹⁵², cujos laços familiares aparentemente não se relacionam com Álvaro Antunes nem com os seus descendentes, surja no rol de documentos

¹⁴⁵ Cavaleiro da Ordem de Cristo. MORAIS, 1947: t. V, vol. I, 247.

¹⁴⁶ MORAIS, 1945: t. V, vol. I, 247.

¹⁴⁷ *Dicionário da história de Lisboa*, 1994: 54, 131.

¹⁴⁸ Na *vista panorâmica de Lisboa*, c. 1570-1580, pertencente à Universidade de Leiden, o topónimo surge junto ao mosteiro de Santa Clara de Lisboa. Leiden University Library, inv. J29-15-7831-110/30a-q. Disponível em: https://socrates.leidenuniv.nl/view/action/nmets.do?DOCCHOICE=4167762.xml&dvs=1526047827185~478&locale=pt&search_terms=lisbon&img_size=best_fit&adjacency=N&VIEWER_URL=/view/action/nmets.do?&DELIVERY_RULE_ID=1&divType=&usePid1=true&usePid2=true.

¹⁴⁹ O topónimo surge também registado numa petição de Domingos Dias a solicitar licença para murar um terreno e edificar umas casas, em Vale de Cavalinhos, que confronta com o caminho que vai sair à rua do Vale de Santo António, em 1767. AML-AH, *Administração, Livro de cordeamentos de 1760-1789*, fl. 256 a 262v.

¹⁵⁰ Pergaminho. BNP, *AALB, Enc.*, cx. 17, cap. 4, Cota antiga: D 1 M 1 N 4.

¹⁵¹ Pedro Vaz de Melo. Sobre a personagem veja-se MORENO, 1979: vol. II, 866.

¹⁵² Descrito no inventário de Diogo Pereira Forjaz no maço 4, com o número 38. BNP, *AALB, Enc.*, pac. 17, cx. 17A, cap. 2, *Livro dos prazos pertencentes à casa de D. Diogo Pereira Forjaz Coutinho, que herdou de seu pai D. Miguel Pereira Forjaz no ano de 1767*, fl. 19v.

relacionados com a família Varejão. Os primeiros venderam aos segundos dois olivais que tinham em Vale de Cavalinhos, em terrenos que confrontavam com umas vinhas do Mosteiro do Paraíso e com outros particulares. O mesmo olival com seu chão ou outro na mesma zona será vendido anos mais tarde, a 10 de janeiro de 1503¹⁵³ por Inês Dias, mulher solteira, a António Fernandes, cavaleiro da casa do Duque de Coimbra. E vinte anos mais tarde, em 1529, são dotados pelo mesmo António Fernandes Moreira e sua mulher Catarina Luís a sua filha Inês de Abreu para casar com Álvaro Antunes (Varejão)¹⁵⁴.

Pensamos que esta família Varejão e a instituição do morgadio, cujas propriedades se localizam naquela zona oriental da cidade, estará na origem do topónimo porque ainda hoje é conhecida a zona¹⁵⁵.

O segundo documento¹⁵⁶ que destacamos é um excerto de um relato da viagem à Índia em 1541 do governador Tristão de Ataíde, D. João de Castro, Simão Botelho e Jorge Vieira, mercador¹⁵⁷, o qual seguiu em embarcação própria. O relato inicia-se a 15 de agosto e termina com a chegada dos portugueses a Angediva em setembro de 1541, após algumas vicissitudes. Não tem cota antiga, apenas no último fólio uns rascunhos que citam o nome de Álvaro de Valadares (fl. 1549-1592), fidalgo da casa real, vereador da câmara do Porto em 1577¹⁵⁸, tesoureiro da Bula de Cruzada em 1578¹⁵⁹, cavaleiro da Ordem de Cristo, com tença¹⁶⁰, confrade¹⁶¹ e provedor da Misericórdia do Porto em 1575¹⁶² e 1585-1586¹⁶³, juiz da dízima do pescado¹⁶⁴, procurador nas cortes

¹⁵³ Pergaminho. BNP, *AALB, Enc.*, cx. 17, cap. 4, Cota antiga: D 1 M 1 N 5.

¹⁵⁴ Pergaminho. BNP, *AALB, Enc.*, cx. 17, cap. 1, Cota antiga: D 1 M 1 N 3.

¹⁵⁵ Contrariando a versão de outros autores, que atribuem a origem do topónimo a Diogo Varejão, morador m Chelas. Veja-se *Dicionário da história de Lisboa*, 1994: 54.

¹⁵⁶ BNP, *AALB, Roma*, 86A, cap. 3, doc. 16, 2 fls.

¹⁵⁷ Veja-se um outro relato da viagem em CORREA, 1864: liv. 4, t. IV, 206-208.

¹⁵⁸ BNP, *AALB, Roma*, pac. 81, n.º 091, cx. 81A, cap. 5.

¹⁵⁹ Talvez por essa razão recebeu, em 1587, de Catarina, moça solteira, filha de Gonçalo Anes, tanoeiro, moradora em Mourilhe, uma carta de quitação do dinheiro que seu irmão Bastião Nogueira havia entregue a Álvaro de Valadares antes de ir na jornada com D. Sebastião. BNP, *AALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 572; pac. 110, n.º 174, cx. 110, cap. 3.

¹⁶⁰ Tença de padrão anual de 20.000 reais e hábito da Ordem de Cristo, de 29 de agosto de 1581. AMARAL e SILVA, 2016: 49-52; BNP, *AALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 567.

¹⁶¹ Entre os anos de 1559-1576. BASTO, 1997: vol. I, p. 415.

¹⁶² BASTO, 1997: vol. I, p. 425, 480.

¹⁶³ BNP, *AALB, Roma*, pac. 74, n.º 061, cx. 74, cap. 5; BASTO, 1997: vol. II, p. 111, 118, 123.

¹⁶⁴ Em 1572 e 1584. BNP, *ALB, Roma*, pac. 58, n.º 001, cx. 58, fl. 573; pac. 86, n.º 105, cx. 86A, cap. 3.

em 1581¹⁶⁵. Terá Álvaro de Valadares ou alguém de sua família participado na expedição? Os dados compulsados até ao momento não nos permitem confirmar esta hipótese.

O terceiro documento que seleccionámos é um escrito nos últimos dois fólios de um caderno¹⁶⁶ com apontamentos de natureza jurídica, de outra mão, datados de 1524 a 1545. Trata-se de um texto com carácter biográfico do governo de D. João de Castro, entre 1545 e 1548, de onde se destaca o relato do cerco de Diu de 1546. Não sabemos quem foi o seu autor, uma vez que o texto não se encontra assinado, mas foi alguém que presenciou alguns dos factos que descreve: “Eu fuj presente a estes negocios casi todos. e o fuj en todo o cerquo deos seja louuado”¹⁶⁷.

O quarto documento entrou no AALB por via do casamento de Joana Eulália de Andrade com Miguel Pereira Forjaz em 1803. Pertencera a seu marido, D. João de Faro e Sousa, conde do Vimieiro e que o havia herdado por linha sucessória do seu avô, o primeiro conde, Francisco de Faro¹⁶⁸, casado com Mariana de Sousa Guerra, neta paterna de Martim Afonso de Sousa¹⁶⁹. Trata-se da carta de compra da vila de Alcoentre e aldeia de Tagarro, em 1541, que o governador da Índia comprou por catorze mil cruzados ao rei¹⁷⁰.

O quinto documento que transcrevemos no final deste artigo é uma carta de D. Sebastião a Manuel de Magalhães¹⁷¹, datada de 23 de junho de 1557. Assinada por sua avó, a rainha D. Catarina, a carta noticia o falecimento de D. João III, ocorrido pouco depois da meia-noite de uma sexta-feira, dia 11 desse mês, de “muj supita e graue doença”. Relata ainda a investidura de D. Sebastião na quarta-feira seguinte, dia 16, véspera de Corpo de Deus, e que não o pudera ser antes devido a doença. A carta refere ainda que, pela menoridade do novo monarca, a rainha sua avó e o seu tio, Cardeal Infante D. Henrique, vão ser os regentes. Como referimos acima, a carta era dirigida a Manuel de Magalhães (fl. 1557-1573), filho de João de Magalhães e de Leonor da Silva, fidalgo da casa real, alcaide mor do castelo da Nóbrega, cuja posse tomou em 24 de novembro

¹⁶⁵ BNP, *AALB, Roma*, cx. 58, fl. 595.

¹⁶⁶ BNP, *AALB, Roma*, cx. 106A, cap. 2, doc. 11, fl. 9-10.

¹⁶⁷ BNP, *AALB, Roma*, cx. 106A, cap. 2, doc. 11, fl.10.

¹⁶⁸ ZÚQUETE, 1989: vol. 3, 535.

¹⁶⁹ PELÚCIA, 2009.

¹⁷⁰ BNP, *AALB, ANTT*, cx. 15, doc. 122.

¹⁷¹ BNP, *AALB, Roma*, cx. 106A, n.º 165, cap. 3, doc. n. n.

de 1573¹⁷², com as rendas, tributos e poder de apresentar alcaide pequeno¹⁷³. Era ainda senhor de Souto de Rebordãos¹⁷⁴, onde tinha também a jurisdição e foros¹⁷⁵. Casou com Margarida da Silva, filha de Leonel de Abreu e Lima, senhor de Regalados¹⁷⁶, com quem instituiu capela na igreja de S. João em Ponte da Barca, no ano de 1560¹⁷⁷. Tiveram vários descendentes, entre os quais o primogénito António de Magalhães de Meneses, também ele alcaide do castelo da Nóbrega e capitão da vila de Ponte de Lima¹⁷⁸. Pelo casamento deste elemento da família com Isabel de Meneses, deram origem à família Magalhães de Meneses, família na qual entroncaram várias famílias das elites portuenses como os Valadares, acima referidos, os Carneiro, os Machucho, os Ferrazes e os Barreto, os Delgado, assim como os Resendes de Coimbra.

Ainda pertencente ao cartório da família Pereira Forjaz mas já para meados do século XVII registamos o testamento de Francisco Guilherme Casmach, não datado¹⁷⁹. Nascido em 1569¹⁸⁰, filho de Nicolau Guilherme, de Marselha, e de Catarina Casmach, natural de Lubeque¹⁸¹, foi público tabelião de notas¹⁸², astrólogo¹⁸³ e doutor em medicina pela Universidade de Salamanca¹⁸⁴, tendo publicado, em 1623, a obra intitulada *Relação Cirúrgica de um caso grave a que sucedeu mortificar-se um braço e cortar-se com bom sucesso*¹⁸⁵. Construiu carreira neste campo, tendo sido cirurgião das “Majestades Reais”¹⁸⁶, desde,

¹⁷² A doação era em sua vida e foi dada a 15 de julho de 1572. BNP, AALB, Roma, cx. 58, fl. 166-167.

¹⁷³ BNP, AALB, Roma, cx. 58, fl. 170.

¹⁷⁴ BNP, AALB, Roma, cx. 58, fl. 168.

¹⁷⁵ Em 1578 obteve uma sentença em que lhe foi levantada a suspensão dos foros e jurisdição do concelho de Souto de Rebordãos de que tinha sido privado em correição pelo auto que o corregedor mandou fazer nesse ano. BNP, AALB, Enc., cx. 11 A, mç. 3, cap. 1. Cópia de 1671.

¹⁷⁶ BNP, AALB, Roma, cx. 60, fl. 118-124.

¹⁷⁷ BNP, AALB, Roma, cx. 81, n.º 92, cap. 1, doc. 1; cap. 2, doc. 10.

¹⁷⁸ BNP, AALB, Roma, cx. 58, fl. 296.

¹⁷⁹ BNP, AALB, Roma, cx. 113A, n.º 184, cap. 1, doc. n. n.

¹⁸⁰ MACHADO, 1747: 161.

¹⁸¹ Falecida cerca de 1613, data em que mandou redigir o seu testamento pelo confessor Francisco da Costa. Residia em S. Pedro de Alfama e pediu para ser sepultada com o hábito de S. Francisco no mosteiro de S. Francisco de Xabregas. BNP, AALB, Roma, cx. 113A, n.º 184, cap. 1, doc. n. n.

¹⁸² Testamento de Catarina Casmach. BNP, AALB, Roma, cx. 113A, n.º 184, cap. 1, doc. n. n.

¹⁸³ CAROLINO, 2002: 57-58.

¹⁸⁴ MACHADO, 1747: 161.

¹⁸⁵ CASMACH, 1623.

¹⁸⁶ *Idem*, 1646.

pelo menos, 1634¹⁸⁷. Do seu casamento com Serafina de Abreu de Gouveia¹⁸⁸ nasceram duas filhas, Maria¹⁸⁹ e Catarina de Abreu¹⁹⁰, tendo esta última casado com Álvaro Pereira Coutinho, cerca de 1627¹⁹¹, os quais por sua vez serão pais de Margarida de Távora¹⁹², religiosa no convento da Anunciada¹⁹³, e de Maria Pereira, casada com o seu tio Miguel Pereira Coutinho. Efetivamente é este que sucede nos bens após a morte do sogro Francisco Guilherme, ocorrida a 18 de março de 1665¹⁹⁴. Catarina de Abreu falecerá um mês depois¹⁹⁵, tendo sido sepultada igualmente na igreja da Graça, em Lisboa, onde já se encontrava o seu marido¹⁹⁶.

De natureza totalmente distinta e de entre as várias cartas de quitação e recibos existentes no AALB, transcrevemos no anexo VII o recibo de compra¹⁹⁷ que Melchior de Sá Sotomaior¹⁹⁸, senhor de Lanhelas, passou a D. Leonor Correia, em 1 de setembro de 1635, pela compra de um negro, Manuel de São Tomé, pelo preço de 40.000 reais. Leonor Correia foi esposa de Gaspar dos Reis Dantas (casaram cerca de 1615¹⁹⁹), natural de Barca de Gaião, na Galiza. Depois de ter servido os reis católicos nas Índias Ocidentais, veio para a Galiza onde comprou

¹⁸⁷ BNP, *AALB, Enc.*, cx. 13, mç. 28, cap. 3 – 29 de novembro de 1634.

¹⁸⁸ Filha de Álvaro da Costa, meirinho de S. Jorge da Mina em 1566. BNP, *AALB, Roma*, cx. 108, n.º 169, cap. 1, docs. n. n..

¹⁸⁹ Nascida em 1608, em S. João da Praça, Lisboa. Desde 1622, seguiu vida religiosa no Mosteiro da Anunciada de Lisboa, onde adoptou o nome de Maria dos Serafins, tendo renunciado, em 1633, na sua irmã a herança que recebera de seus pais. BNP, *AALB, Roma*, cx. 109, n.º 171, cap. 1, cotas antigas: D 1 M 4 N 8, 9 e 10 e doc. n. n.; BNP, *AALB, Enc.*, cx. 2A, mç. 93, cap. 2, doc. n. n.

¹⁹⁰ Já viúva em 1665, nomeou a sua filha Maria Pereira Coutinho por sua testamenteira a 24 de fevereiro de 1665. BNP, *AALB, Enc.*, cx. 2A, mç. 93, cap. 2, cota antiga: D 1 M 2 N 26;

¹⁹¹ BNP, *ALB, Enc.*, cx. 9A, mç. 115, cap. 3, doc. n. n.

¹⁹² BNP, *AALB, Roma*, cx. 113A, n.º 184, cap. 1, cota antiga: D 1 M 2 N 38.

¹⁹³ Estando para professar no convento da Anunciada, nomeou por sua universal herdeira a sua irmã D. Maria Pereira Coutinho, renunciando a herança que lhe pode caber de sua mãe e de seus avós, o Dr. Francisco Guilherme e Serafina de Abreu e a de seu pai, D. Álvaro Pereira, entrando nesta renúncia o prazo de umas casas na rua do Barão. 29 de dezembro de 1658. BNP, *AALB, Roma*, cx. 113A, n.º 184, cap. 1; *Enc.*, cx. 2A, cap. 2, doc. n. n.

¹⁹⁴ ANTT, *Paróquia da Sé, Livro de registo de óbitos*, ano de 1644-1674, fl. 152 v.

¹⁹⁵ 18 de abril de 1665. ANTT, *Paróquia da Sé, Livro de registo de óbitos*, ano de 1644-1674, fl. 152 v.

¹⁹⁶ BNP, *AALB, Enc.*, cx. 2A, mç. 93, cap. 2, cota antiga: D 1 M 2 N 26 e doc. n. n.

¹⁹⁷ BNP, *AALB, Enc.*, cx. 8A, cap. 4, doc. n. n.

¹⁹⁸ Filho de Margarida de Barros e Rui Sá de Sotomaior. MORAIS, 1945: t. IV, vol. I, 150; RAMOS, 2017: 46.

¹⁹⁹ BNP, *AALB, Roma*, cx. 60, fl. 166-169.

padrões de juro, nomeadamente nas alcavalas de Ourense²⁰⁰. Foi administrador do morgado de Freiria, em Ponte de Lima, fundado por sua tia Beatriz Dantas em 1555, tendo ele próprio instituído também um vínculo, em 1613, sobre os rendimentos das referidas alcavalas²⁰¹. Foram pais de Maria de Mendonça que casou com Francisco Ferreira Furtado de Mendonça, os quais, por sua vez, foram pais de Leonor Maria de Mendonça, Luís Carlos de Mendonça e de Francisca Luísa de Mendonça, esta última trisavó de Miguel Pereira Forjaz.

Por fim, é já do século XVIII, também sem data, a carta²⁰² de um desconhecido a D. António de Lencastre, governador de Angola²⁰³, sogro do segundo visconde de Vila Nova de Souto del Rei, e como tal incluído no seu cartório, por via do seu casamento com Francisca de Lencastre Fonseca Castro e Camões. O autor da missiva pede a D. António que mande chamar o compositor italiano Girolamo Sertori²⁰⁴ para participar num espetáculo de ópera a realizar em Portugal. Dentro deste campo da sociabilidade, podemos ainda encontrar vários documentos que indicam práticas culturais e mundanas, como recibos de pagamento de vários géneros alimentares, para a realização de lanches, ou ainda o aluguer de pianos²⁰⁵, já para meados do século XIX.

Conclusão

Com uma longa e conturbada história custodial, o Arquivo Almada e Lencastre Bastos que hoje podemos consultar na Biblioteca Nacional de Portugal constitui um relevante acervo documental para o estudo das elites portuguesas pré-modernas, de várias origens e proveniências, que se foram interligando, quer por via da realização de casamentos, quer por relações de outra ordem nomeadamente sociais e económicas. Estas últimas permitiram-lhes administrar os seus

²⁰⁰ BNP, *AALB, Roma*, cx. 70, n.º 48, cap. 1, doc. 3.

²⁰¹ BNP, *AALB, Roma*, cx. 114II, n.º 187, cap. 4. Carta de privilégio e confirmação de tença a Luís Carlos de Mendonça Furtado Dantas, sucessor do morgado fundado por Gaspar dos Reis Dantas, em 1613, no valor de 562.500 maravedis de juro nas alcavalas da cidade de Ourense e vilas e cidades do seu bispado. Madrid, 21 de fevereiro de 1671.

²⁰² BNP, *AALB, ANTT*, cx. 7, doc. 259.

²⁰³ Entre 1772 e 1778. BNP, *AALB, ANTT*, cx. 7, docs. 183 e 296.

²⁰⁴ Ativo no Porto na segunda metade do século XVIII. VIEIRA, 1900: vol. II, 20.

²⁰⁵ Recibo de venda e afinação de piano por Luís Lambertini; recibo de Matias Ferrari, pelo fornecimento de doces e bebidas (1833). BNP, *AALB, Roma*, cx. 80A, n.º 89, cap. 3. Sobre Matias Ferrari, filho do conserveiro genovês Hilário da Cruz Ferrari, que se estabeleceu como pasteleiro na Rua Nova do Almada, em 1846 veja-se ARAÚJO, 1993: vol. 13, 31; CARVALHO, 1991: 131-132. Para Luís Lambertini veja-se TOJAL, 2000: 92-93.

próprios bens, livres ou vinculados, assim como os deixados por outros indivíduos não ligados a si por laços familiares. A constituição de inúmeros morgadios, a partir de finais do século XV, de que é exemplo o do Canidelo, fez com que a documentação, de carácter utilitário mas também de afirmação e prova de posse dos bens que o integravam, mantivesse a sua coesão e, por conseguinte, a sua não dispersão pelos vários elementos da família. Como vimos, foi prática corrente a entrega de bens e seus documentos aquando da realização de testamento por um membro da família. O testamenteiro era responsável pela entrega desses bens e recorreu frequentemente aos cartórios ou às “arcas dos papéis” para complementar a transmissão do bem, como nos provam os testamentos que chegaram até nós. O mesmo sucedeu com os dotes matrimoniais e foram em certa forma estas duas atitudes que promoveram a saída mas também a entrada de muita, outra, documentação. Com efeito, foi por essas vias que a documentação das elites portuenses do século XVI, como os Nunes Barreto, os Machucho, os Valadares, os Carneiro, até agora conhecidas dos historiadores através da documentação de carácter municipal; ou a dos Lopes de Carvalho, desembargadores do Paço, mas com ligações familiares e vinculares a Guimarães, ou ainda a dos Magalhães, alcaides do castelo da Nóbrega e senhores da Barca, se reuniram num mesmo fundo documental. Foi, ainda, pelo facto de se terem instituído morgadios que proporcionou que a documentação da sua instituição e dos bens que a constituíam se tivessem preservado ao longo dos séculos. Como vimos, uma vez mais recorrendo ao exemplo do Canidelo, os administradores dos vínculos cuidavam para que os bens do morgadio fossem bem administrados, acrescentados e registados em livro, o que lhes permitia controlar melhor o legado instituído e que, com ele e através dele, podiam prestar e apresentar prova escrita, atualizada e organizada, e, dessa forma, resolver diversos litígios e para memória futura. O mesmo princípio orientador foi levado em consideração pelas gerações seguintes, aquando da produção dos inventários novecentistas, efetuados pouco antes da aprovação da lei de desvinculação que daria origem ao fim das instituições vinculares e, por conseguinte, ao esvaziamento legal de milhares de documentos relativos a esses bens vinculados. No entanto, e apesar dessa circunstância, os documentos foram preservados na família Almada e Lencastre durante o século seguinte, disponibilizados para a consulta e finalmente vendidos a uma instituição pública, em meados do século XX, onde hoje podem ser consultados.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

- Arquivo Distrital de Évora (Évora) – Administração do Concelho de Borba, cx. 121, doc. 370.
- Arquivo Distrital de Évora (Évora) – Arquivo Histórico Municipal de Borba, Justiça, Cartas precatórias, cx. 64, doc. 248.
- Arquivo Distrital de Évora (Évora) – Cartório Notarial de Borba, Livros de notas, liv. 55.
- Arquivo Distrital de Viseu (Viseu) – Casa de Souto del Rei, liv. 1, 2 e 16.
- Arquivo Histórico Municipal de Lisboa (Lisboa) – Administração, Livro de cordeamentos de 1760-1789.
- Arquivo Municipal de Moura (Moura) – Irmandade de Nossa Senhora das Almas de Moura, Património, Testamentos, Testamento de Pedro Calvo Pacheco.
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Arquivo do Arquivo, n.º 331, cx. 146, proc. 91 – Aquisição do Arquivo Lencastre Bastos.
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, cx. 329, proc. 274.
- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) – Lisboa, Paróquia da Sé, Livro de registo de óbitos, ano de 1644-1674.
- Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa) – Processo compra Almada Lencastre Basto, pasta única.
- Biblioteca Nacional de Portugal (Lisboa) – Arquivo Almada e Lencastre Bastos, ANTT – cx. 4, 6, 7, 15 e 17; *Encarnação* – cx. 2 A, 3, 5, 8 A, 9 A, 10, 11 A, 13, 15, 17, 17 A, 20, 23 A, 24, 25 A, 26, 27 I, 27 II, 32, 37 A, 39, 39 A, 40, 47 e 47 A; *Avenida de Roma* – cx. 58, 58 A, 58 B, 59, 60, 60 A, 66 II, 66 III, 66 IV, 66 V, 70, 73, 74, 77A, 78, 80 A, 81, 81 A, 86 A, 88 A, 94 A, 98, 99, 100, 100 A, 103 A, 104 B, 105, 106 A, 107 A, 107 B, 108, 109, 110, 110 A, 111, 111 A, 112, 113 A, 114 II, 115, 115 A e 116.
- Leiden University Library (Leiden) – Vista panorâmica de Lisboa, c. 1570-1580. Disponível em <https://socrates.leidenuniv.nl/view/action/nmets.do?DOCCHOICE=3213650.xml&dvs=1536598285968~661&locale=pt&search_terms=lisbon&img_size=best_fit&adjacency=N&VIEWER_URL=/view/action/nmets.do?&DELIVERY_RULE_ID=1&divType=&usePid1=true&usePid2=true> (acedido em 10/09/2018).

Fontes impressas

- AMARAL, Luís Carlos e SILVA, Maria João Oliveira e (org.) (2016) – *Pergaminhos de uma coleção particular*. Porto: CITCEM, Afrontamento.
- CARDOSO, Luís (1751) – *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas/que escreve, e offerece ao muito alto... Rey D. João V nosso senhor o P. Luiz Cardoso, da Congregaçaõ do Oratorio de Lisboa....* t. II. Lisboa: na Regia Officina Sylviana e da Academia Real.

- CASMACH, Francisco Guilherme (1623) – *Relação Cirúrgica de um caso grave a que succedeu mortificar-se um braço e cortar-se com bom sucesso*. Lisboa: Gerado de Vinha.
- CONCEIÇÃO, Pedro da (1720) – *Allegaçam practica, & juridica sobre a posse, e successam do titulo, e Casa da Feira, contra os senhores procuradores da coroa, & infantado, a favor de D. Alvaro Pereyra Forjaz Coutinho*. Lisboa Occidental: na Officina de Mathias Pereyra da Sylva & Joam Antunes Pedrozo.
- CORREA, Gaspar (1864) – *Lendas da Índia*, liv. 4, t. IV. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias.
- MACHADO, Diogo Barbosa (1747) – *Bibliotheca Lusitana*, t. II, Lisboa: Na officina de Ignacio Rodrigues.
- MORAIS, Cristóvão Alão de (1945-1947) – *Pedatura Lusitana (Nobiliário de famílias de Portugal)*. t. IV, v. I; t. V, vol. I. Porto: Livraria Fernando Machado.
- PORTUGAL. Leis, decretos, etc. (1801) – *Collecção das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado delrey fidelissimo D. José o I. Nosso Senhor...* t. III. Lisboa: na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.

Bibliografia/Estudos

- ARAÚJO, Norberto de (1993) – *Peregrinações em Lisboa*. vol. 13. Lisboa: Vega.
- BASTO, A. de Magalhães (1997) – *História da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. vol. I-II. Porto: SMCP.
- BORJA DE AGUINAGALDE, Francisco (2013) – *Archivos de Familia y Archivos domésticos Treinta años de experiencias*. [s. l.]: Edição de autor.
- BRITO, Pedro de (1997) – *Patriciado urbano quinhentista: as famílias dominantes do Porto (1500-1580)*. Porto: Câmara Municipal e Arquivo Histórico.
- BRITO, Pedro de (2010) – “As elites locais e suas famílias no Portugal Moderno”. In CUNHA, Mafalda Soares da y HERNÁNDEZ FRANCO, Juan (org.) – *Sociedade, família e poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*. Lisboa: Edições Colibri-CIDEHUS, Universidade de Évora/Universidade de Múrcia, p. 193-216.
- CANEDO, Fernando de Castro da Silva (2006) – *A descendência portuguesa de el-rei D. João II*. vol. I-III. Lisboa: Ed. Gama.
- CAROLINO, Luís Miguel (2002) – *A Escrita Celeste: Almanagues astrológicos em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Access Editora.
- CARVALHO, Andreia Martins de e PINTO, Pedro (2012) – “Da caça de Mondragón à guarda do Estreito de Gibraltar (1508-1513): Os guardiões da memória de Duarte Pacheco Pereira e a economia da mercê nos séculos XVI-XVII”. *Anais de História de Além Mar*. Lisboa. vol. XIII (2012) , p. 221-332.
- CARVALHO, Pinto de (1991) – *Lisboa d'outros tempos*. Vol. II – *Os cafés*. Lisboa: Fenda.
- COELHO, Maria de Fátima (1980) – “O instituto vincular, sua decadência e morte: questões várias”. *Análise Social*, vol. XVI 61-62, p. 111-131.
- DE VIVO, Filippo (2010) – “Ordering the archive in early modern Venice (1400-1650)”. *Archival Science*. vol. 10, 3, p. 231-248.

- Dicionário da história de Lisboa*, dir. de Francisco Santana e Eduardo Sucena, Lisboa: [s. n.], 1994.
- FERRÃO, António (1923) – *A 1.ª Invasão Francesa. A Invasão de Junot vista através dos documentos da Intendencia Geral da Policia, 1807-1808. Estudo Político e social*. Coimbra, Imprensa da Universidade.
- FONSECA, Teresa (2005) – *Bernardino Manuel da Costa Lima e a “Memória acerca da vila do Redondo”*. Lisboa: Colibri.
- FREIRE, Anselmo Braancamp (1996) – *Brasões da Sala de Sintra*. 3.ª ed. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- FREIRE, Anselmo Braancamp (1917-1918) – “Condados de Moncorvo e da Feira: ousada falsificação de documentos”. *Boletim da Segunda Classe*. vol. 12, Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 754-760.
- FUENTE, Francisco de la (2011) – *D. Miguel Pereira Forjaz, O organizador da luta contra Napoleão*. Lisboa: Tribuna da História.
- GAGO, Alice Borges (2015) – “Serving the Counts of Feira in the 19th’s: João Jerónimo do Couto de Castro e Sousa, archivist and judge”. In ROSA, Maria de Lurdes e HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 83-88.
- GAGO, Alice Borges (2015) – “*Index Geral do Cartorio do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Visconde de Villa Nova do Souto de El Rey*” In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 162-163.
- GAGO, Alice Borges (2015) – “*Collecção de todos os Tombos, Livros do Celleiro, Escrituras, Documentos e mais títulos pertencentes ao Ex.mo Morgado de Freiriz e de Penegate. Oferecida ao Ill.mo e Ex.mo Senhor Conde da Feira, donnatario e senhor dos dítos coutos, morgado de Freireiz e de Penegate, Grão Cruz na Ordem de S. Tiago, comendador na Ordem de Cristo, tenente general dos Reaes Exercitos e do Conselho de Sua Magestade pelo seu Juiz do Tombo João Jerónimo do Coutto de Castro e Souza no ano de 1821*”. In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 150-151.
- GÓMEZ VOZMEDIANO, Miguel F. (2007) – “Archivos nobiliarios españoles: pasado, presente y ¿futuro? Tipología documental e investigación modernista”. In ANDÚJAR CASTILLO, F., DÍAZ LÓPEZ, J. P. (coord.) – *Los señoríos en la Andalucía Moderna. El Marquesado de los Vélez*. [Almería]: Instituto de Estudios Almerienses, p. 139-210.
- HEAD, Randolph C. (2007) – “Mirroring Governance: Archives, Inventories and Political Knowledge in Early Modern Switzerland and Europe”. *Archival Science*. vol. 7, 4, p. 317-329.
- LAFUENTE URIÉN, Aránzazu (2012) – “Los archivos nobiliarios en España: el Archivo de la Nobleza”. *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* org. Maria de Lurdes Rosa. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, p. 663-685.

- MARQUES, Patrícia Cardoso (2013) – *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do modelo sistémico*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação – Arquivística apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- MARTINS, Lúgia de Azevedo, SILVA, Ana Cristina de Santana e FERREIRA, Teresa Duarte (2012) – “O Arquivo Pombal no âmbito dos arquivos de família da Biblioteca Nacional de Portugal: modelo arquivístico para o conhecimento de uma grande Casa nobiliárquica”. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, p. 523-533.
- MORENO, Humberto Baquero (1979) – *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*. vol. II. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- PÁSCOA, Marta (2015) – *O códice 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*. S. I.: Fundação Casa de Bragança.
- PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro (2009) – *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: trajectórias de uma elite no império de D. João III e de D. Sebastião*. Lisboa: CHAM.
- PINTO, Pedro (2012) – “O Arquivo da Família Almada Lencastre Basto (Casa de Souto de El-Rei e Casa da Feira) na Biblioteca Nacional: propostas de exploração no âmbito da elaboração de um catálogo”. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012, p. 307-341.
- RAMOS, Maria Manuel Branco (2017) – *Casa da Torre de Lanhelas. Análise espacial retrospectiva e estudo tipo-morfológico*. S. I., Universidade do Minho. (tese de Mestrado em Arquitectura apresentada à Escola de Arquitectura da Universidade do Minho).
- RODRIGUES, Abel, SILVA, Armando Malheiro da (2012) – “A criação das Gavetas na Casa de Mateus: um modelo iluminista de gestão da informação”. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, p. 597-650.
- ROSA, Maria de Lurdes (1995) – *O morgadio em Portugal. Séculos XIV e XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- ROSA, Maria de Lurdes (2012) – “Os espelhos e os seus outros lados. Inventários e gestão da informação documental do Viscondado de Vila Nova de Cerveira/ Marquesado de Ponte de Lima e família Brito-Nogueira, séculos XV-XIX”. In ROSA, Maria de Lurdes (org.) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: Que presente, que futuro?* Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, Centro de História de Além-Mar e Caminhos Romanos, p. 571-596.
- ROSA, Maria de Lurdes (2015) – “[Livro do Morgadio do Canidelo]”, In ROSA, Maria de Lurdes, HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the archive in pre-Modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 98-99.

- ROSA, Maria de Lurdes e HEAD, Randolph C. (2015) – “Delineating the social complexity of archival practices: the objectives and the results of the INVENT.ARQ project on family archives inventories”. in ROSA, Maria de Lurdes; HEAD, Randolph C. (eds.) – *Rethinking the Archive in Pre-Modern Europe: Family Archives and their Inventories from the 15th to the 19th century*. Lisboa: IEM, p. 16-21.
- SILVA, José Martins da (1917) – “Vila Nova de Souto de El Rey (Francisco de Almada e Mendonça, Visconde de)”. *Revista de Ex-Libris Portugueses*. 10, p. 146-152.
- SOUSA, Maria João d’Orey da Figueiredo Cabral da Câmara Andrade e (2017) – *O Arquivo da Casa de Belmonte, séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder*. Dissertação de Doutoramento em História – especialização em Arquivística Histórica apresentada à FCSH-UNL. Lisboa.
- TOJAL, Alexandre Arménio (2000) – “A produção e o comércio de instrumentos e edições musicais em Lisboa (1850-1900)”. *Cadernos do Arquivo Municipal*. 1.ª s., 4, p. 85-103.
- VIEIRA, Ernesto (1900) – *Diccionario biographico de musicos portugueses: historia e bibliographia da musica em Portugal*. Vol. II. Lisboa: Typographia Mattos Moreira & Pinheiro.
- ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (1989) – *Nobreza de Portugal e Brasil, bibliografia, biografia, cronologia, filatelia, genealogia, heráldica, história, nobiliarquia, numismática*. 2.ª ed. vol. 3. Lisboa-Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia.

Anexos

CrITÉRIOS DE TRANSCRIÇÃO

- 1 – Transcreveram-se os documentos em linha contÍnua, assinalando-se o final de fÓlio por dois traços oblÍquos, \, paralelos;
- 2 – Respeitou-se a morfologia do texto original, mantendo-se a separaÇão entre os parÁgrafos;
- 3 – Sempre que a meio de um texto se encontra sinal de parÁgrafo, este foi aberto;
- 4 – Colocou-se a foliaÇão entre parentesis retos;
- 5 – Respeitou-se a grafia dos documentos, conservando o uso das consoantes e vogais dobradas, tanto no inÍcio como a meio da palavra e o das letras “i”, “j”, e “y” ou “u” e “v”, bem como o das maiÚsculas e minÚsculas. As semi-maiÚsculas, porÉm, devido Às dificuldades que acarretam, transcreveram-se como minÚsculas. Respeitou-se do mesmo modo a grafia dos numerais;
- 6 – Conservou-se a pontuaÇão original, tanto na sua localizaÇão como na sua forma;
- 7 – Mantiveram-se os erros do escrivão, assinalando-se com [sic]. Exceptuaram-se os casos de falta de cedilha, considerando que o seu emprego nÃO estava, na Época, rigidamente definido, como o estÁ actualmente;
- 8 – As letras, palavras ou frases riscadas, foram, sempre que possÍvel, lidas e transcritas em nota infrapaginal. No caso de terem resultado ilegÍveis, foi tambÉm assinalada a sua presenÇa;
- 9 – TambÉm em nota infrapaginal foram transcritas todas as anotaÇões marginais;
- 10 – Desenvolveram-se as abreviaturas, utilizando-se o itÁlico para representar as letras omissas. Sempre que foi possÍvel sabÊ-lo, esse desenvolvimento fez-se de acordo com a ortografia do escrivão. Exceptuou-se a expressÃO “etc” devido ao facto de se conservar em uso atÉ hoje;
- 11 – Recompuseram-se as palavras, separando-se de outras ou agrupando as sÍlabas, de acordo com os crITÉrios morfolÓgicos actualmente em uso;
- 12 – NÃo se utilizou o hÍfen nas enclÍticas e proclÍticas, nem o apÓstrofe nos casos de elisÃo;
- 13 – Usou-se o til nos ditongos nasais, bem como nas palavras “h6”/“h6a” e suas derivadas. Sempre que a vogal a tilar se encontrava dobrada, colocou-se o acento sobre a primeira das duas.

Anexo I
BNP, AALB, Enc., cx. 17, cap. 4

Escritura de venda que fizeram Pero Lopes, escudeiro do Conde de Atalaia e sua mulher Constança Domingues a Mafamede Copim e sua mulher Fotacima, filha de Çaide, mouros forros, moradores na Mouraria de dois olivais que os ditos vendedores tinham em Vale de Cavalinhos, termo da cidade de Lisboa. 13 de novembro de 1481. Pergaminho. Cota antiga: D 1 M 1 N 4

Em nome de deus amem Saibam os que esta carta de venda virem que no anno do nascimento de nosso Senhor Jesu christo de mjjll E iiii^c e oytenta e huū annos treze dias do mes de nouembro em a cidade de lixboa no arrualde da mourarja dentro nas casas da morada de pero lopez escudeiro criado do conde d atalaia que deus aja Estando hi de presente o dicto pero lopez e costança domjnguez sua molher E loguo per elles foy dicto que elles vendiam como loguo de facto venderom deste dia pera sempre a mafamede copim e a sua molher fotaima filha de çaide mouros forros moradores na dicta mourarja que presentes estauom .a ssaber. dous oliuaaes que elles ham em val de caualinhos termo desta çidade huū grande e outro pequeno E ho grande parte de huū cabo com ujnhas de santa maria do parayssso E d outro cabo com oliuall da see E do outro cabo com jorge vaaz E ho oliuall pequeno parte de huū cabo com gonçalo boto e d outro cabo com ho filho de martim gill E com outras confrontaçoens com que de dirreito deuem de partir anbos os dictos oliuaes/os quaees lhe asy venderom com todas suas Entradas saidas dirreitos pertenças e logradoiros asy e pella gujsa que os elles ham e lhes de dirreito pertençem E por forros E jsentos dizimo a deus E lhos venderom sem a noujdade que ora elles tem a quall noujdade o dicto pero lopes apanhara E por preço loguo nomehado .a saber. por doze mjjll rreaes brancos ora correntes Em saluo da sissa pera os ditos vendedores dos quaees os ditos compradores pagarom toda a sissa/os quaees doze mjjll Reaes os dictos pero lopez e sua molher logo hi contaram presente mjm tabeliam e testemunhas per ujnte e quatro cruzados d ouro e tres ducados e hũa dobra e duas coroas de frança E per honze rreaes de prata e dez rreaes Em ceptijs em que ouue a dicta conthia com huū cruzado d ouro que ja tinham Recebido de sinall dos quaees se loguo hy entregaram e ouuerom por pagos contentes e satisfeitos sem mingoa nem erro alguū e derom delles aos dictos compradores por qujtes e liures deste dia pera sempre E porem tirarom rrenunciaram e demjtitaram des y todo ho dirreito e auçom posse propriedade e Senhorio que atee o dia d oje teuerom e ouuerom em os dictos oliuaes E todo ho loguo poserom e trespasarom em mão E poder dos ditos conpradores pera elles e pera todos seus herdeiros e sobçessores que depos elles vierem que os ajom logrem e posuam pera sempre fazemdo delles e em elles o que qujserem E por bem teuerem como de cousa sua propia liure forra e jsenta posisam E mandarom E outorgarom os ditos pero lopez e sua molher

que os ditos mafamede coopim e sua molher per elles e per quem lhes aprouer a todo tempo que quiserem per poder E uirtude desta carta tomem e poçam tomar e em sy rreter e continuar pera sempre a posse rreall corporall autuall posisam dos ditos oliuaees e de cada huñ delles sem majs outra autorjdade de justiça nem fegura de jujzo E per esta puprica carta os ouuerom loguo por mjtidos e investidos na dicta posse./ a quall posse elles prometerom e se obrjgarom de lhe sempre manterem E lhes liurareom E defemderem e fazerem boões e de paz ambos os dictos oliuaes em quallquer tempo de quallquer pesoa ou pesoas que lhe em elles enbarguo alguñ poser sob pena de lhe pagarem e tornarem o dicto preço de doze mjll rreaes em dobro por pena e jnteresse e os tirarem dello a paz e a saluo sem sua perda nem dapno sob a dicta pena e custas despesas perdas e de dapnos que os ditos compradores por ello fezerem e rreçeberem per todos seus beens asy moueys como de Rajz aujdos e por auer que pera ello obrigarom e em *testemunhos* desto asy ho outorgarom e lhe mandarom fazer esta carta E quantas lhe comprareom *testemunhas* vasquo ençenço morador em santo antonyo e mend afomso escudeiro do conde d abrantes morador n amjxueira E afomso rrodriguez trabalhador criado do dicto pero lopez E outros e eu fernam vaaz *tabeliam* del Rej noso *Senhor* em a dicta çidade que esta carta estpreuj em ella meu *puprico* signall fiz que tall he

[*senal de tabelião*]

pago Lx rreaes \\
\\

no verso

Saibam os que este *estormento* de posse virem que no anno do naçimento de nosso *Senhor Jesu christo* de mjll E iiii^c e oytenta e huñ annos vjnte e seis dias do mes de nouembro Em²⁰⁶ os oliuaees contehudos na carta de venda desta outra parte *esprita* Estando hi de presente mafamede copim comprador E per uirtude da dicta carta tomou posse dos dictos oliuaees per pedra Ramos eruas E terra que em suas mãos tomou E disse o dicto mafamede copim que per aquelles autos que asy fazia se auja per mjtido de posse dos dictos oliuaees E que de como elle asy tomaua a dicta posse pacificamente sem *contra*-diçom de pesoa algũa que pidia asy huñ *estromento* *testemunhas* afomso pjrez lagareiro morador na fregujsia de sam pero d alfama E foçem albefaque E ale locace e azmede mjxixo mouros *moradores* na mouraria E outras E eu fernam vaaz *tabeliam* del Rej noso *Senhor* Em esta cidade de lixboa *cetera* e sem mais que a esto presente foy E aquy meu *puprico* signall fiz que tall he

[*senal de tabelião*]

pago xij Reaes e pago ayda xliij Reaes

²⁰⁶ Seguem-se riscadas as letras "as".

Anexo II
BNP, AALB, Roma, cx. 86A, cap. 3, doc. 16

Excerto de diário de viagem da carreira da Índia de 1541, em que foram D. João de Castro, Tristão de Ataíde, Simão Botelho e Jorge Vieira, mercador. [1541] 2 fls.

[fl. 1] [...] toda junta a quinze dyas de aguosto hou se o tempo que lhe parecese bem he menos pryguo se espera se lhe fezese faroll da sua naao he pelo pomto do seu pyloto vyese demandar guoa he ele com hos guoleons que fiquavam hatravesase a jmdea pareceu a todos bem he cheguado a naao do feytoj perto do gualeom do *gouernador* foy hele la em hũ esquyfe a quem deu ho Regymto da maneyra que *comprya* mais a seruyço d ell rej noso *senhor* he alem deste mandado ha que as fustas provese dese fresquo ho mais que lhe fose necesaryo a quall despedydo de sy ho mesmo dya ja noyte he sy a nau de jorge vyeyra merquador em que levaram *consyguo* da jmdea quareguada de mantymmentos ha armada com lycença ha hurmuz he hũs na vollta da serra he outros na vollta do mar desapareçerom

Aos xxbij djas djas [sic] do mes hũa quynta feyra em amanheçendo pela noyte pasada nos dar hũ tempo fresco se espalharam do feytoj diguo faroll hos mais dos navyos he aquabando de se ajumtarem hos que com ho guovernador vjeram se achou menos samta crara he a quarevela esta mesma noyte quebrou ho quabo pelas grandes estochadas que loguo handaua do *gouernador* ha o quator de symão botelho que antes djse que larguara samta crara ha ho pasar da pedra furada he fyquou por popa dele se mais não soube parte com seis ou sete quanaryns\\ [fl. 1 v.º] e nenhũ portugues

haos vymte e nove dyas a sesta feyra a tarde Recreçeo ho vento he os mares no gollfo he a bufarya por popa do *gouernador* tyrou hũ tyro hao quall aRybou he aquabado de saber que hera por muita augua que fazya asy por dar hao seu batell que trazya quasy desamarado por se lhe cortar o quabo que trazya dado se tornaria a partir he ho outro dya em amanheçendo com ha quamara do quapytão que lhe fyquava na tollda em lugar do chapytão toda cortada por lhe abryr ho navyo por çyma com ho peso da madeyra

este mesmo dya/ a noyte com ho mesmo tempo hũs por nam perderem hos bates he outros por ma Requado se apartaram do *gouernador* todos hos navyos somente trystam de tayde he dom joam de crasto he a parte da causa de ho perderem foy tambem quortarem mais/ he nesta noyte perdeo ho *gouernador* ha outra fusta que trazya por popa he aRebemtou ho quabo he esperase que na ymdea porque levaua hũ moquodom bom maryneiro com nove hou dez marynheiros he mantymto he augua que lhe habastase

aos quatro de setembro chegou a costa da Índia e não pode tomar a barra he entrou em Amjediva doze legoas de goa en\ [fl. 2] seada hode ja estava a fortaleza nosa²⁰⁷ \

Anexo III

BNP, AALB, Roma, cx. 106A, cap. 2, doc. 11, fl. 9-10.

Biografia de D. João de Castro em relato coevo. Post. 1548. 2 fls.

[fl. 9] Chegou de Portugal a estas partes da Índia por governador dellas por el Rey noso senhor/. don João de castro en agosto de 1545. trouxe consigo dous filhos .a saber. don Alvaro de Castro que todo seu tempo foj capitão moor do mar e don fernando de castro manço. de idade de xvij ou xviii annos asaz dino de se chamar filho de tal paj e irmão de tal irmão tanto que chegou entregoulhe logo a Índia marlim [sic] afonso de souza. que a governava/. O dia leão²⁰⁸ de gerra. e negocios que lhe conueo saber fazer e desimular con muita descripção vertude e saber. que nelle auia/. logo depois lhe sobreueo noua do cerquo da fortaleza de Dio na entrada do primeiro jnuerno. que he d abril por diante. a que mandou seu filho don fernando de castro con muitos fidalgos /. mancebos E outra muy honrada gente en socorro/ oferecido tanto a brauisisima furia dos ventos grandes e trabalhosos estremos de gerra. que não darião pouquo trabalho a sua jmaginação: por que o amor en lugar ausente: das cousas faciles: jmagina grandes pirigos: quanto mais dos tão pirigosos: depois tanben na forca o jnuerno o que he a 24 dias de julho: mandou a Dio don Alvaro de Castro en socoro con muita gente e nauios. con muito mor prigo e trabalho. pelos tempos então seren mais peçonhentos: e as nouas do cerquo andarem na boca dos mouros muito fauorecidas da parte del Rey de Canbaja depois vierão lhe nouas da morte de don fernando que con toda a fidalgia que con elle fora morerão en hū baluarte. que os mouros minarão. e a furia da mina os fezera en pedaços. e que seu filho fora achado morto. e despedaçado debaxo de grandes penedos que vindo pelo ar en companhia cairão en cima delle. vierão lhe tanben nouas que num recontro que don João mascarenhas en dio teuera con os mouros escapara don Alvaro seu filho na vertude de Deos. e de seu braço e espada pelejando a todo seu poder e fora ferido e que matarão naquele negocio don francisquo de meneses esforçado capitão. e grande seu amigo. e que tanben matarão don francisco d almeida. filho de don lopo d almeida muy esforçado caualeiro e bon fidalgo. e d outros muitos e muy boos caualeiros que pasauão de trinta:

²⁰⁷ O texto termina aqui, seguem-se no fólho algumas assinaturas “bastiam” e “tornando ao senhor alvoro de valadares”.

²⁰⁸ Segue-se riscado: “capit”

estas nouas erão *para* en hun coração de carne faseren grande mouimento de tristeza/. posto que tanta era sua grandeza *que* o [sentimento não mostraua chegar a mais \\ [fl. 9v.º] mostrar niso prazer: Como amigo de taes pessoas *por* acabarem tão *virtuosamente* conprindo tanben con suas obrigacões: principalmente *por* seu filho a *que* de todo fez esta festa: *que* aynda *que* era vertude. e trabalho *foj* exceciuo alen destes se ocupaua toda a noute. e o *que* dos negocios lhe Restaua do dia en maginações e cautelas contra os enemigos: liando se con hūs Reis e desimulando con outros e pelejando con outros: todo a fin de se fazer en todo o seruiço del Rej noso *senhor*. e a saude dese lha deus *que* elle muj pouquo a *granjeaua*: *por que* eu tenho *para* *mym* *que* he graça o dano *que* os trabalhos corporaes lhe fazião: *para* os *que* os do animo lhe dauão. principalmente *que* nenhũa quietação nen Repouso lhe vião tomar. E aquilo *que* hũa ora *por* outra careçe de descanso. não pode durar mujto: *porque* posto *que* a grandeza de seu carego tanben *com* estes trabalhos oferecese muj largos descansos e contentamentos. e con elles tempo *para* em tudo poder entender. e de tudo se lograr: *para* se conpadecer hũa cousa *com* a outra: *foj* tão Refreado e austinente nos sensoais pensamentos. e de contentamentos maos e vicios da jndia *que* não digo aynda não cajo naqueles en *que* os outros *homens* medianamente *vertuosos* e grandemente *onestos* pecão: mas ajnda nos mujto *veniais*: deixou de ser enbarcado/. entrando mais o verão do ano de 1546 *que* começa en agosto: as nouas vinhão lhe cada dia mujto maas .a *saber*. a goa mujtos homes feridos e casi mortos. e *que* bacajin e chaul tinhão os espriteas cheos de feridos *que* de Dio vinhão. e *que* en Dio erão os mortos tantos *que* os enterauão a montões. nas cisternas: onde o trabalho era tanto *que* os não deixaua o tempo cobrir de terra. *porque* ata esta mingoua *para* os entulhos e todos estes trabalhos *acedia* grandemente. o *que* não podia ser sen grande aflicão do animo. e miseracão do pouo. e mandaua cada dia capitaes e jente de Refresquo en carauelas e nauios de Remos: *tanben* elle se fazia prestes quanto podia pera hir ao socoro en pessoa ou lhe faleceo casi toda a jente de choramandel *que* não quiserão vir con migel ferreira e con Antonio mendes de vasconcelos. de *que* Recebeo muj grande desgosto/. en fin con estes trabalhos todos *foj* socorer a fortaleza de Dio: onde noso *senhor* lhe deu sen jente de choramandel muj grande vitoria dos mouros. e os lancou fora do cerquo da cidade. e da ilha e lhe tomou tudo e matou jnfinitos

Ficou a fortaleza tão desbaratada do cerquo e desemelhada do *que* antes era *que* parecia edificio *que* o mujto tempo gastara e a jdade posera en tamanho esquecimento *que* se da memoria dos homes seu primeiro ser e nome pelo *qual*²⁰⁹ e *porque* lhe pareceo *que* a fortaleza não tinha os muros ben asentados dantes. determinou de lhe fazer outros nouos de marauilhosa força. e depois leuantou os *que* dantes erão. e fiquarão dous muros e

²⁰⁹ Segue-se riscado: “e *porque* lhe pareceo”.

duas cauas com outra que lhe auera de mandar lancar pera fora que \\ [fl. 10] agora se abre pera a obra destes nouos muros não tinha mais tempo que de dezenbro ate a fin de março de 1548 sendo obra que para quam pouqua jente tinha que con elle quisesse trabalhar tinha necessidade de mujto mais tenpo. porque de dous mil e quinhentos soldados: duzentos ou trezentos não mais .a saber. fidalgos capitães e jente homrada: andauão a elle e leuarão todo o suor e trabalho daquele negocio era necesario ao governador cercarse forcadamente por não lhe sobrevir algũ outro cerquo: ou del Rej de canbaja ou dos Rames que lhe tomase a fortaleza sen forza no jnuerno: e taes estauão os muros velhos. e caua velha que foj auirogado ser mais trabalho desentalla la. e torna los a fazer: que fazer outros de nouo: este trabalho foj tamanho para o governador. por mujtos e grandes que lhe deu desvajrados desgostos: que auerigadamente: segundo a opinião de mujtos esta foj a principal ocasião de sua morte: este lhe gastou a major parte de sua sustancia: e lhe quebrantou a força de sua natureza. e o desbaratou casi de todo/ Eu fuj presente a estes negocios casi todos. e o fuj en todo o cerquo deos seja louuado. E se pelos olhos não vira a maneira de seu trabalho não crera que homem que tanta licença podia ter para o não leuar tamanho. e que o podera tenperar con algũa boa vida: e jnterporlar hus tenpos pellos outros e mais fazer mujto bon seruiço o podera sofrer./ A fortaleza esta situada en parte onde da mea noute por diante ate as noue oras do dia neste tenpo que he o uerão da terra muj fria con vento muj arepiado e sequo e majs agudo e²¹⁰ penetrante: o vento he alli então o leste lesnordeste: e nordeste e norte e nornordeste furiosos e grandes per estremo principalmente com as luas./ e das honze oras por diante he a calma tamanha que não ha quem se posa valer a ella: e venta a viraçã por cima da cidade dal oeste oes-noroeste e noroeste. onde no tempo que o governador fazia a fortaleza auia jnfinidades de mortos por todas as Ruas pracas e cauouqueiros que de serem tantos não se poderão acabar de queimar e quando a uiraçã ventaua trazia consigo ares Roins e fedorentos da mortifera carnica e fedorenta dos mouros. este tenpo todo dormio o governador no mar en hũa fusta: honde os ventos das menhãas erão mujto frios. que na tera pelo menos abrigo que tinha e do mar se aleuantaua antes que amanhesese. e se uinha a por nos muros e obra que fazia: onde os ares maos das virações lhe não serião muj medicinaes. neste trabalho andaua tal que mujtas vezes não podia a trombete que tinha cuidada de chamar ao trabalho. tocar o estromento tão çedo que elle ya o não esteuese argoyndo de perçioso: con seu madrugada. alli estaua a todo aquele frio e calma e fedor sen nenhũs defensiuos. a elles nen com hũ lenço que lhe tapase os narizes se lhe fose necesario: mas com hũas calças e botas de bezero e hũ pelote de chamalote preto. ou de pano. e hũ sonbreiro na cabeça. e a todo trabalho: todo o mais do dia andaua em pee: esforçando ora nũa perna ora noutra e afugentando de si todo o descanso por se não ver na jente cansaço. \\

²¹⁰ Segue-se riscada a palavra "muj".

Anexo IV
ALB, ANTT, cx. 15, doc. 122

Carta de venda de Alcoentre e Tagarro a Martim Afonso de Sousa. 1541. 8 fls.

[fl. 1] 1541

Em Nome de *deus* Amem Saibão quantos esta carta de vemda vyrem que no Anno do naçimemto de noso *senhor* Jesuu *christo* de myl e quinhemtos e coremta e hũu Annos aos dezanove dias do mes de dezembro na çidade de lixboa nas casas da morada do *senhor* martym Affomso de souza do comcelho del Rey noso *senhor* capytão moor e guovernador nas partes da Jmdia estando hy A isto presentem ho *senhor* fernamd allvarez d amdrade houtrosy do comselho do dicto *senhor* e seu tesoureiro mor Em nome del Rey noso *senhor* E amostrou a mym tabalião em presemeça das testemunhas Ao diamte nomeadas hũu allvara de sua alteza Asynado per elle escrito hem papel sem vyçio nem cousa que duujda ffaça/ e asy hũa çertidam que comtaua e parecia ser feyta e asynada per Amdre pirez escriuão da fazemda do dicto *senhor* Rey E asynada tambem per bastiam de moraes segundo parecia cujos trelados san os que se seguem Eu el Rey ffaço saber a quamtos este meu Aluara vyren que eu dou poder e autoridade A fernamd aluarez do meu comselho e meu tesoureiro mor \\ [fl. 1 v.º] pera que *em* meu nome posa vemder e vemda a martym Affomso de souza do meu comselho capytão mor e guovernador nas partes da Jmdia hou a pessoa que teuer sua procuraçam bastamte ha mynha vyla d alcoentre com sua aldea que se chama taguaro e todas suas teRas termos e lymites Jurdiçoins altas e baixas merjo [sic] mjst imperio padroado beens e heramças com todos seus montados matos e paçiguos Rios coremtes fomtes Rosyos emtradas e saydas e com todas suas Jsemçoens liberdades preujlegios e perRogatuas e com todas suas Remdas foros trebutos e colheytyas per quallquer tytolo e maneira que A coroa de meus Reynos pertemçem e pertemçer posa/. por preço e comtia de quatorze myl cruzados que seram hemtregues ha bastiam de moraes Recebedor dos dynheiros do Reyno e sobre elle careguados *em* Reçepa e comçertada de como hos Reçebeo e lhe sam hem Recepta/. hey por bem e mamdo ao dicto ffernamd allvarez que lhe mande fazer carta de vemda da dita vylla pela maneira sobre dicta e ha outorgue e asyne *em* meu nome E tamto que ha \\ [fl. 2] dicta carta for feyta mamdarei fazer Ao dicto martym Affomso sua doação hem fforma com declaração da Jurdiçam de que ha de usar E este se cumprira posto que não pase pela chamçelaria sem embarguo da ordenação do segumdo livro hem comtrairo pero AmRyquez ho fez *em* lixboa aos seys dias de dezembro de myll quynhemtos coRemta e hũu fernamd aluarez ho fez escrever /Rey/ho quall aluara tem hũa postilha Ao pee Asynada per ho dicto *senhor* Rey a qual he a que se segue/. ¶ A quall vemda hey por bem que ho dicto ffernamd allvarez faça de Juro e de herdade pera todos sempre segumdo forma da ley memtall hem

lixboa ha²¹¹ quatorze de dezembro de mjll quynhemtos coremta e hũu /Rey/ ¶ conheço bastiam de moraaes Reçebedor do dinheyro do Reyno Reçeber da *senhora* dona Ana pimentel molher do *senhor* martym affomso de sousa quatorze mjll cruzados que A dicta dona Anna deu em nome do dicto seu marjdo por ha vylla d allocoemtre que lhe el Rey noso *senhor* mamdou vemder por ho dicto preço hos quaaes quatorze myll cruzados eu amdre *pirez* caReguey em Reçeyta sobre ho dicto bastiam \\ [fl. 2 v.º] de moraaes e lhe pasey dyso este conhecymemto em forma e que Ambos acjnamos em lixboa a treze dias do mes de dezembro do Anno de myll quynhemtos coremta hũu /Amdre *pirez*/ bastiam de moraaes/. E bem asy estamdo hy presemente ha *senhora* dona Anna pimemtel molher e procurador do dicto *senhor* martym affomso de sousa de que loguo hy amostrou hem presemeça das testemunhas Ao diamte nomeadas hũu pubrico estormento de sua procuração sobesprito e Asynado do pubryquo synall de mjm Amtonjo do amaral tabalião e feyto e contynoado Aos tres dias do mes de março do Anno de myll quynhemtos e trymtta e quatro Annos e asynado por ho dicto seu marydo e testemunhas nele nomeadas Aos seys dias do dicto mes de março e Anno hem que vam nomeados por testemunhas Jacome lluis morador em braguamça e dioguo de meireles cryado do dicto costetujmte e Amtonyo gonçalvez morador nesta çidade Em ha quall procuração se comtem Amtre outros mujtos poderes que nela lhe daa ho dicto *senhor* martym Affomso asy cam [sic] que lhe daa e outorgua todo \\ [fl. 3] seu lyvre e comprido poder e mamdado espeçiall com toda lybera e gerall admynistração pera que por elle e em seu nome posa Reger e admynistrar todos seus beens e Remdas mouees e de Raiz e hos posa todos Juntos hou por partes vemder dar e doar trocar escaymbar allugar aRemdar afforar emprazar e hemcampar apenhar e obryguar hemlhear e desemelhear a quem ella quyser e por bem tever pelos preços beens Remdas fforos e pemsoens tempos Annos vydas hou pera sempre e como lhe aprouver e Reçeber todo a seu poder E bem asy posa tomar e aver e aceytar pera elle costetujmte e pera ambos quaaesquer beens per tytolo de compra aRemdamemtos doações afforamentos aluguer emprazamentto e per houtro qualquer tytolo de quaaesquer pesoas e senhorios que sejam per quaaesquer preços allugueres Remdas foros e pemsões que lhe bem parecer E bem asy lhe daa mais poder que posa comprar e vemder e comtratar se sobre quaaesquer mercadorjas beens de Raiz e cousas houtras que lhe parecer proveyto delle \\ [fl. 3 v.º] *senhor* costetuJmte asy ha dinheyro de comtado como ha ffiadas por termos e por quaaesquer preços e partidos que lhe bem parecer E lhe daa mays poder que posa <açeytar> Jmpetrar del Rey noso *senhor* e de quaaesquer houtros senhores e senhoras quaaesquer graças merçes e Remdas que lhe dem E lhe da mais poder que posa tomar pose de quallquer sua fazemda e beens E que todalas sobredictas cousas e cada hũa delas posa fyrmar e outorguar per escreturas pubryquas com quaaes-

²¹¹ O trecho “segumdo forma da ley memtall hem lixboa ha” está sublinhado e na margem direita está escrito por outra letra, mais recente: “para fram leg. ment”.

quer clausolas e comdiçoens penas e hobrygaçoens desaforamentos Renumcyaçõens de lex ordenaçõens de dereito pervylegyos lyberdades que ella quesar E prometeo d aver por bõo firme vallyoso pera todo sempre todos ho *que* pela dicta senhora e por seus sobestaballecydos e por cada hũu delles for feyto dyto hem todo ho *que* Ja vay declarado e os Releuou do encarguo da satysdação [*sic*] *que* ho dereito hem tall caso houtorgua selo emguação de seus beens e Remdas *que* pera todo ho *que* dicto he des haguora obryguou segumdo que todo esto e mays compydamente he conteudo na dicta procuração E loguo \\ [fl. 4] per ho dicto fernamd allvarez foy dicto hem nome e por parte del Rey noso *senhor* e per *virtude* do dicto seu alluara e postylha e Autorydade que nelle se daa que elle per este pubryco estormento vemdia como de feyto loguo vemdeo de Juro e de herdade pera todo sempre hao dicto martym Affomso de sousa pera elle e pera todos seus sobçesores *que* depos elle vyerem segumdo fforma²¹² da lley mentall ha <dicta> vylla d allcoentre com sua alldea que se chama taguaro e com todas suas teras termos e llymites Jurdiçoens alltas e baixas mero mjst Jmperio padroado beens e foramças com todos seus momtados matos e paçiguos Ryos coRemtes fformtes Rosyos/emtradas e saydas e com todas suas Jsemçoens lyberdades peruilegyos e perRoguatuias e com todas suas Remdas fforos trebutos e colheytas per quallquer tytolo e maneira *que* a coroa destes Regnos pertemçe e pertemçer posam E com tall declaração *que* ha Jurdiçam de que ade usar sera a *que* ela que lhe sua allteza mamdar declarar na doação hem fforma que lhe da dicta vylla mamdar \\ [fl. 4 v.º] pasar A quall vylla e com sua alldea Jurdiçoens dereitos e com todo ho que dicto he lhe vemdeo per ho dicto preço e comtia de quatorze myll cruzados dos quaaes quatorze myll reaes cruzados dyse ho dicto fernamd allvarez que ho dicto *senhor* he ja paguo e hemtregue e que fforam emtregues todos Ao dicto bastiam de moraaes per a dicta *senhora* dona Anna molher e procurador do dicto martym Affomso segumdo se comtem na dicta çertydão do dicto Amdre pyrez asynada per elle e per ho dicto bastiam de moraaes que atras fica trelladada e deu Ao dicto martym Affomso de sousa e ha todos seus herdeiros e sobçesores dos dyctos quatorze mill cruzados por asy ser Reallmente paguo ho dycto *senhor* delles e emtregue pela maneira que dicto he por quytes e llyvres d oje pera todo sempre e por asy ho dycto *senhor* ser paguo do dicto preço comtia tyrou elle dicto fernamd allvarez E demytjo e Renunciou loguo do dicto *senhor* Rey todo ho derejto Aucão senhoryo pose propiedade domynio usos ffruitos Remdas Jurdiçoens lyberdades que sua allteza na dita vylla ate ho \\ [fl. 5] dia d oje tynha e podia ter e aver e todo ho pos çedeo e Renumçiou hem ho dicto martym afomso de sousa comprador e em todos seus sobçesores pera que logrem aJam pesuão pera todo sempre de Juro e de herdade ha dicta vylla d allcoentre com toda sua Jurdição e llyberdades Asy e da maneira *que* ho dicto *senhor* Rey Ate ho dia d oje tynha e pesuya ha dicta vylla e suas Jurdiçoens

²¹² As palavras “segumdo fforma” estão sublinhadas e na margem direita está escrito, por letra posterior: “a fram p l ment.”.

e Recadas e llyberdades pera que ho dicto martym affomso e seus sobçesores logrem e aJam e pesuão llyvrememte sem nenhũa duuida que lhe A ello seja posto E prometeo e se obryguou *em* nome do dicto senhor Rey e de seus sobçesores de llyvrrar aRemdar ffazer llyvre segura e de paaz a dita vylla com sua aldeia e termos Jurdiçoens e com todo ho atras comteudo nesta carta e Alluara do dçto senhor Rey Ao dicto martym Affomso de souza e ha todos seus sobçesores de quallquer pesoa ou pesoas que hem quallquer tempo lhe a dita vylla ou a quallquer cousa aquy comteuda e que a ella toquar poserem *embarguo* ou comtradição sob pena de lhe tornarem \\ [fl. 5 v.º] ho dicto preço *em* dobro com todas perdas danos despesas custas que sobre ello ho dicto martym affomso de souza e seus sobçesores fezerem e Reçeberem E houtorguou *em* nome do dicto senhor que ho dicto martym Affomso de souza hou seu procurador *per virtude* desta carta com mays houtra Autoridade de sua allteza posam tomar e tomem a pose Reall autoall cyuyt posysão da dicta vylla e aldeia e de todas suas Jurdiçoens asy e da maneira que se nesta carta comtem sem mays houtra ordem nem fegura de juizo e ajmda se costetuyo ho dicto fernamd alluarez hem nome do dicto senhor per pesuydos em nome do dicto martym *afonso* comprador E os Juizes Justyças offyçyais e pesoas da dita vylla lhe leixarão tomar ha dicta pose e usar dela e de todo ho mays comteudo nesta carta sem lhe A elo porem *embarguo* Allgum nem *empedimento* E pera todo asy se compryr e manter pera sempre Ao dicto martym Affomso de souza. e ha seus sobcesores houbriguou *em* nome do dicto senhor elle fernamd alluarez em nome do dicto senhor Rey e de seus sub \\ [fl. 6] secures hos beens e Remdas Reais e patrymoniaes e as penas leuadas hou não este estormemto se compryra hem todo e por todo e como se nelle comtem E declarou ho dicto fernamd alluarez que quamto as Remdas e ffruitos e tributos e dereitos da dita vylla ho dito martym Affomso de souza as avera e vemçera do prymeiro dia de janeyro *que* ora vem do Anno de myll e quynhemtos e coremta e dous Annos hem diante pera todo sempre E em testemunho da verdade asy ho outorguou e açeytou. e mamdou ser ffeyto este estormemto e dar Ao dicto martym Affomso de souza hũu deste teor e quantos lhe compryrem E a dicta senhora dona *anna* asy presentemte *em* nome do dicto senhor martym affomso seu marjdo tomou e aceytou a dicta vylla per tjtolo de compra com todo ho comteudo nesta carta como sua procurador e pedio A mym tabalião *que* dello lhe pasase hũa carta e quantas lhe compryrem E posto *que* esta carta ffose comtynuada *em* casa do dicto martym Affomso de souza não ffora asynada e outorguada senão em \\ [fl. 6 v.º] casa do dicto fernamd alluarez per elle somemte hem Ausemçia da dita dona *anna* E prometeo A mym tabalião como ha pesoa pubryca estepullamte e aceytamte *em* nome do dicto martym Affomso e sua molher Ausemte de lho asy compryr como dicto tem testemunhas que presentes foram dioguo de mello de castelo branco e fernam camelo ffidallguos da casa do dicto senhor e pero amRjquez escudeiro ffidallguo de sua casa e eu Amtonyo Amarall tabalião *que* esto escreuy/ E depoy de esto loguo no dicto dia mes e Anno atras comteudo nesta carta de vemda que ho dicto fernamd alluarez fez *em* nome del Rey noso senhor Ao

senhor martym Affomso de sousa hem casa do dicto martym *afonso* semdo hy presentemte A *senhora* dona Anna pymemtel sua molher e procurador e per mym tabalião em presemça das testemunhas Ao diamte nomeadas lhe ffoy llyda e declarada toda esta carta Atras comteuda E per ella foy dicto que como procurador do dicto seu marydo e hem seu nome Aceytaua ha dicta vylla com todo ho conteudo nesta carta e no Alluara do dicto *senhor* per tjtolo de compra pera ho dicto \\ [fl. 7] seu marjdo e pera todos seus sobcesores de Juro e d erdade como se na dicta carta comtem e isto per *virtude* da dita procuração e asy como se nela comtem Em testemunho de verdade de Asy ho outorguou e açeytou todo e prometeo a mym tabalião como ha pesoa pubbrjqua estepullamte e açeytamte hem nome de quem esto posa toquar e pertemçer de ho asy ter e compryr testemunhas que presentes forão lopo cardoso escriuão d allfamdegua desta çidade e Joam de vyveiro e luis de meireles cryados do dicto martym Affomso de sousa/. E eu Amtonyo do amarall taballyam pubryco del Rey noso *senhor* nesta çydade de lixboa e seus termos que este estromento e carta de vemda no lyuro de mynhas notas escrevy e dele o ffyz traladar per autorydade *que* pera elo tenho e o comçertey sobespreuy e assyney aquy de meu *puprico* synall/. Nom ffaçam duvyda as Amtrelynhas *que* *dyzem/ Açeytar/dita/* e comçertey homde djz/ de sua alte/ vyveyro o que todo ffiz per verdade.

[*senal de tabelião*]

pago desta *com* a nota e d outra *que* se nom assynou trezemtos e noventma rreaaes\\

Anexo V

BNP, ALB, Roma, cx. 106A, n.º 165, cap. 3, doc. n. n.

Carta de D. Sebastião, assinada por sua avó, a Manuel de Magalhães informando que D. João III faleceu e que ele é o novo rei mas que, pela sua menoridade, a rainha sua avó e o seu tio, Cardeal Infante D. Henrique, vão ser os regentes. Lisboa, 23 de junho de 1557. 2 fls.

[fl. 1] Manuel de magalhães. Eu El Rey vos enujo muito saudar/ Aprouue a nosso *senhor* leuar pera sj sesta feira depois de meya noite, xj dias deste mes de Junho, de muj supita e graue doença, El Rej meu *senhor* e avô que sancta gloria aja. E em tamanha e uniuersal perda e assj em dor e sentimento tam grande e tam comũ a todos seus vassalos e naturais, nam à que dizer se nam darmos a nosso *sennhor* por tudo o que faz e é seruido muitos louuores. Fuy aleuantado por Rej como principe e verdadeiro erdeiro e subçessor *que* era destes Rejnos e senhorios segundo costume delles, loguo à quarta fejrta seguinte depois de seu falecimento, vespora de corpo de deos xbj dias do dito mes, e nam foj

posiuel fazer se mais em breue assi por o tempo ser o que era, como por hũa pequena de má disposicam *que* nestes dias tiue, de *que* louuores a nosso *senhor* estou ja são/ E precedeo antes deste auto, acceptar se, Rateficar se, e aprouar se hūs certos capitulos que El Rey meu *senhor* que sancta gloria aja antes algūs meses de seu falecimento tinha feitos, acerca da tutoria, e curadoria de minha pessoa, e açerca da gouernança destes Rejnos e *senhorios* atee eu ser de ydade de vinte annos *compridos*/. nas quais cousas nomeou A Rainha minha *senhora* e avoo segundo vereis pelo traslado dos ditos capitulos, conhecendo de sua muy grande virtude e grande zello do bem uniuersal destes Rejnos e de sua muita prudenciã e longa experienciã nas cousas delles *que* nisso fará o que se deue ter por muj certo *que* sua alteza sempre fará, e persuadida da grande obrigacam *que* como tam catholica e christam tem ao seruiço de nosso *senhor* e da obedienciã *que* sempre teue a El Rey meu *senhor* viuendo, foj seruida de assj o acceptar/. E considerando *que* por parte de suas forcas e por Rezam de sua grande door a qual nam poderia deixar de ter em quanto a vida lhe durasse, faria muita falta em cousa de tamanha carrega e peso E desejsosa de *comprir* com tudo o *que* nisto podesse fazer, quis tomar por ajudador nella o *senhor* Cardeal Jffante meu tio, e com sua ajuda e companhia fazer o que el Rey meu *senhor* pellos \\
[fl. 1 v.º] ditos capitulos mandaua, E o *Senhor* Cardeal o acceptou por sua alteza lhe dizer que assj o sentia por seruiço de nosso *senhor* seu e meu, e bem uniuersal destes Rejnos e *senhorios*/. E portanto me pareço deuer vos fazer saber tudo o *que* é passado, avendo por muy çerto *que* de assj estar feito, se neste tempo pode aver contentamento d algũa cousa, o Reçebereis desta/ pero fernandez a fez em lixboa a xxiiij dias de Junho de 1557.

a) Raynha \\
[fl. 2] [em branco]

[fl. 2 v.º] Por el Rey
A Manuel de magalhajns

Anexo VI

BNP, ALB, Roma, cx. 113A, n.º 184, cap. 1, doc. n. n.

Testamento de Francisco Guilherme Casmach. [16--]

[fl. 1] Bem dito e louvado seja o Santissimo Sacramento e a jmmaculada conceição da Virgem *senhora* nossa concebida sem pecado Uriginal

Em nome Da Santissima trindade, Padre, filho espirito sancto, tres pessoas e hũ só Deus Verdadeiro, a quem eu de todo meu coração, e com as potencias da minha Alma creio e adoro. Saibão quantos lerem ou ouuierem ler este testamento, e estromento de protes-tacão, doacão, e ultima vontade como eu francisco guilhelme casmach. (filho legitimo

de Nicolao guilherme normando, frances²¹³, e natural da cidade de marcelha, e de sua molher catherina manrique casmach flamenga natural de lubech. cidade liure de Alemanha) estando são e em meu prefeito joizo não sabendo quando Deus nosso *senhor* sera cervido leuar-me desta vida prezente, ordenando meu testamento e ultima vontade digo e declaro *que* eu miseravel pecador sou creatura de Deos por titulo de creação pois me creou ha sua santa jmagem e semelhansa *pera que* eu o ceruise e amase. e por titulo de Redensão pois baxou dos ceos e como pastor Deuino feito homem veio buscar a minha Alma como ovelha perdida e a Resgatou com o preso de seu diuino e presioso sangue, e assim digo Deos meo e senhor da minh alma, *que* como miseravel pecador e delinquente me apresento diante do tribunal de vossa justisa <e mesericordea> confesado minhas culpas e pecados *que* são *muitos* e grandes dignissimos de castigo eterno, *porem* consolo me senhor, *que* são <meos pecados> fenitos, e Vossa Misericordea jnfenita, e assim apellando *pera* ella uos offereso, em Remuneracão de meos pecados, os merecimentos de Christo jessus Vosso Unigenito *filho* Verdadeiro Deos e homem, o qual por meu Amor nasceo, padeseo, e morreo, e tomo por minha avogada a *Virgem* Santissima Senhora nossa de quem sou indigno escrauo, e por meos ajudadores <e avogados> o Anjo da minha guarda, e ao Archajo Sam Migel, e por Meos <auogados e> valledores ao Serafico *padre* sam francisco, e ao bem Aventurado Santo *Antonio*, e ao patrearca sam joseph, e a sam *pedro* d alcantara aos quais pesso pellas sanctas chagas de christo jessus assistão *commigo* na hora de minha morte, e me deffendão do enemigo da Alma; e declaro *que* eu sempre fui e sou christão catholico e apostolico Romano, e meos pais e Avos o forão, e quero morrer e morro na santa fé de jessu christo, *porque* só nella ha salvasão, e se o enemigo da Alma se ualer da enfermidade ou de outra algũa \\ [fl. 1 v.º] couza *pera* me fazer desdizer desta verdade infaliuel, desde agora *pera* sempre digo *que* tenho, creio, e adoro em tudo aquillo *que* tem cre, e emsina, a sancta jgreia catholica, e apostolica Romana, e esta he, foi e sera sempre a minha verdadeira e ultima vontade //.

item jnstituo por meos testamenteiros A serafina de Abreu de gouea²¹⁴ minha estimada e fiel companheira, a minha *filha* Dona catherina de Abreu, a minha neta Dona *Maria pereira* e ao *senhor* Dom Migel *pereira* coutinho

os quais ordenarão e executarão minha ultima *vontade* pella *maneira* segimte.

jtem tanto *que* a minha Alma se apartar do meu corpo serej amortalhado em o Abito do glorio Doctor Sancto Agostinho, dexando me o Rosto descuberto e sobre os peitos me porão hũa crux de pao *que* acharam no meu estudo, e irão as minhas mãos pegadas nella. jtem ordeno *que* meu corpo seia sepultado na sepultura de minha neta Dona *Maria pereira* em *que* esta sepultado seu paj, e Auos *que* está no cruseiro de nossa senhora da

²¹³ Segue-se riscada uma palavra ilegível.

²¹⁴ Segue-se riscada a palavra “minha”.

graça e acompanhar me ão os Relegiosos da mesma caza a quem darão de esmola pelo Abito, acompanhamento e oferta des mil reis
item darão recado ha jrmandade dos clericos da caridade da qual sou jrmão ha *muitos* annos *que* me acompanhem e me leuem na sua tumba e dar lhe ão de esmolla doze mil reis outo *pera* sera da dita jrmandade e quatro, *que* o *senhor* juis *que* então for mandara dizer de missas pelas Almas dos defuntos da dita jrmandade
item darão Recado ha jrmandade da *senhora* Santa Sezilia de quem tãobem sou jrmão e fui joiz *pera que* me acompanhem, e acompanhando me a dita jrmandade *com* a crux lhe darão de esmolla quatro mil reis dous *pera* sera e dous *pera que* se digão de missas pelos defuntos da dita jrmandade
item declaro *que* a minha fregesia he A sé e se os bachareis e cura me acompanharem lhe darão quatro²¹⁵ mil reis de acompanhamento \\ [fl. 2] em offerta e declaro *que* so *com* o acompanhamento *que* ditto tenho sem mais ostentação quero ser enterrado
item²¹⁶ <e pesso a rogo> Ao Reuerendo *padre frei* Matheos de Jjessus carmelita descalso, meu confesor e Meu grande amigo,²¹⁷ *que* ele seja meu testamenteiro nas couzas tocantes ha minha Alma, ao qual peso pelo Amor de Deos *que* logo, logo me mande dizer todas as missas escritas e Relatadas em hũ papel, escritas de minha letra e asinado por *mjm que* neste testamento se achara, ao qual padre meos testamenteiros darão todo o *dinheiro que* elle *pera* as ditas missas p[e]dir²¹⁸, a quem pesso pelo Amor de Deos e pelo amor *que* sempre lhe tiue *que* as *que* elle puder dizer mas diga, e as demais mande dizer, por quem elle escolher e ordenar
item A serafina de Abreu minha companheira e *senhora orde[n]o* por minha herdeira universal, *pera que* em sua vida goze de todos meos bens, e *que* ningem lhe pess[a] conta delles,
item dexo A minha amada *filha* Maria dos serafins freira profesa no Relegioso conuento da Anunciada os Rendimento *que* tenho no Real d agoa *que* são vinte mil reis de juro os quais gozara emquanto viuer
dexolhe mais os rendimentos de hũas cazas *que* tenho na Rua do Verão²¹⁹ em *que* viue nas logeas hum surrador e por sima dellas *tem* tres aposentos *que* todas Rendem vinta dous mil reis as quais cazas são foreiras em vidas ha igreja de são joão da prasa e pagão de foro onze tostois e a *primeira* vida he a dita minha *filha* Maria dos serafins, e lhe p[*e*]so *muito que* quando Deos a leuar, nomee em *segunda* vida a minha neta dona Margarida, ou a quem lhe parecer de nossos desendentes \\

²¹⁵ Rasurado.

²¹⁶ Segue-se, riscado, a palavra "Ordeno".

²¹⁷ Segue-se riscado "e meu senhor".

²¹⁸ A letra "e" está tapada por um borrão de tinta, que está a corroer o papel.

²¹⁹ Rua do Barão, em Lisboa.

[fl. 2 v.º] *item* Dexo mais a minha *filha* maria dos serafins vinte mil reis em dinheiro pera suas necessidades.

item A minha neta dona *Maria pereira* nomeio em segunda vida os dous prazos da quinta do porto do souza hũ *que* he foreiro ha sé e otro ao prazo das freiras de Arouqua ou de quem na verdade for.

item dexo mais a dita dona *Maria pereira* minha netta as cazas em *que* vivo depois da morte de sua Auo serafina de abreo nas quais fis *com* o Reuerendo cabido *que* ella fosse a *primeira* vida aduertindo *que* as ditas cazas só são foreiras as logeas e tudo o mais ate sima porem o pateo, o almasem, a cozinha e as cazas sobre o almazem, e a dita cozinha são liures e so o bequo paga ha cidade em fatiota trinta reis cada Anno, e o quimtal he forro e izento.

item dexo a minha netta dona Margarida as cazas junto a *mjm* em *que* minha *filha* Dona Caterina viueo depois de veuva as quais cazas são foreiras ha sé e a dita dona Margarida he a *primeira* vida per merce particular *que* o Reuerendo cabido me fes

item declaro *que* as cazas grandes em *que* viueo o *senhor* Dom Aluaro meu genro de *que* fis ceruiso ao *senhor* Dom Migel *pereira* *que* são foreiras ao mosteiro de nossa *senhora* da grasa e pagão sete mil reis de foro, de *que* eu e serafina de Abreu samos ambos a *primeira* vida e o Redadeiro [*sic*] *que* morrer ade nomear a *segunda* vida, eu da minha parte nomeio a 2.ª vida em o *senhor* Dom Migel *pereira* aduertindo lhe *que* eu fis as ditas cazas de nouo porque os tectos todos cayrão e os fis de nouo o as consertei e lhe pus portais²²⁰ Antonio da Sylva Freire tabeliam publico de notas por El \ [fl. 3] Por El Rey nosso Senhor nestas cidades de Lisboa etc.ª certefico e reconheço ser a letra do testamento retro de Francisco Guilherme *que* foy surgião de El Rey Dom João o quarto *que* Santa gloria haja, por ter visto muntas letras suas em papeis e autos autenticos, Lixboa occidental treze de Outubro de mil e setecentos e vinte hum

Em *testemunho* de verdade

gratis

Antonio da Sylva Freire \

Anexo VII

BNP, ALB, Enc., cx. 8A, cap. 4

Recibo de Melchior de Sá Sotomaior por compra de um negro, Manuel de São Tomé, a Leonor Correia pelo preço de 40.000 rs. 1 de setembro de 1635. 1 fl.

²²⁰ O texto seguinte encontra-se escrito por outra mão, posterior.

E uerdade *que* comprej hũ negro por nome manuel de san tome a *senhora* dona Ljanor Corea por preso de corenta mil reis os quoaís lhe dej logo en *dinheiro* de contado o quoaíl tomo con os erros *que* tiuer oje o prjmeiro de setembro de 635.
Melchior de Sá Sottomajor \\\

Anexo VIII
BNP, ALB, ANTT, cx. 7, doc. 259

Carta de desconhecido a D. António de Alencastre dando conta da passagem do compositor Girolamo Sertori por Portugal. [17--] 1 fl.

A graça que se pede ao Ill.mo Exmo Snr. D. Antonio de Alencastre he que S: Ex^a se digne mandar [cha]mar ao M.^e Sertori, para que este torna outra [vez] assisir na opera a acompanhar ha como antes, e que seja por ajuste como Empresario; e si por acaso o M.^e não quer fazer per ajuste, mas sim deixou no beneplacito e boa razão do Empresario, não se queixe dispois delle, como tambem a Lucia.

Porque a intenção do Empresario sempre foy preferir o sobredicto M.^e por qualquer outro, e sempre foy o seu amigo.\\